

CORPOS AFRICANOS, ÍNDICES E MENSURAÇÕES

A ANTROPOMETRIA NA ANGOLA COLONIAL*

Jéssica Evelyn Pereira dos Santos¹  

Universidade Federal Fluminense

Na África colonial, a produção de discursos em torno dos corpos nativos encontrou na antropologia física um espaço fértil de constituição. Apoiados nesse terreno, antropólogos e médicos inquiriram dimensões biológicas, físicas e comportamentais que baseariam uma miríade de descrições, interpretações e classificações construídas a respeito de povos africanos.

No centro dessas práticas, corpos humanos – vivos ou sob a forma de esqueletos e crânios – se configuravam como material primário de empreendimentos científicos que visavam identificar e analisar padrões, índices e modelos das constituições físico-biológicas do ponto de vista antropológico. Apoiados num conjunto de métodos, enfoques e instrumentos, esses construtos norteariam “o estudo e a classificação das ‘raças humanas’ por meio de detalhadas caracterizações morfoanatômicas das várias partes do corpo”.²

* Este artigo é uma versão ampliada e aprofundada de uma reflexão que integra o primeiro capítulo de minha tese de doutorado, “Etnólogos numa África Colonial: Wilfrid Hambly e Gladwyn Childs no Planalto Central de Angola”, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense no ano de 2024. A pesquisa que lhe originou foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, processo nº 88887.690625/2022-00. Agradeço aos (às) pareceristas anônimos (as) pelos valiosos apontamentos que contribuíram com o fortalecimento do texto.

1 Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense.

2 Vanderlei Sebastião de Souza e Ricardo Ventura Santos, “Corpos, medidas e nação: antropologia física na capital da República brasileira na primeira metade do século XX”, *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 7 (2012), p. 639, .

Na primeira metade do século XX, essa atenção à dimensão físico-biológica foi adotada como orientação de pesquisa por uma parcela da produção antropológica. É preciso considerar, no entanto, que o alinhamento a esse direcionamento não foi homogêneo: o prisma da antropologia física ocupou lugares distintos nas várias histórias da consolidação da disciplina. Naquele momento, o campo disciplinar da antropologia era atravessado pela fluidez de suas fronteiras, as quais, conforme George Stocking Jr. assinala, variavam de maneira significativa, “dependendo da tradição nacional, da identificação subdisciplinar e da orientação teórica”.³

No estágio inicial de sua institucionalização, algumas tradições incorporaram a noção de uma antropologia física ao domínio do saber antropológico, principalmente nos Estados Unidos, Alemanha e França. Nessas geografias, a “maior parte dos praticantes eram treinados em medicina e se preocupavam, de uma maneira ou outra, com a variação humana, anatomia, diferença, classificação racial e evolução”.⁴

A tradição norte-americana foi profundamente influenciada pela visão da disciplina como um subcampo da antropologia, cujo escopo também incluía a linguística, a etnologia e a arqueologia pré-histórica. Essa divisão ganhou projeção a partir de um texto de Franz Boas do início do século XX.⁵ Suas raízes, no entanto, remontam a práticas museológicas

3 George W. Stocking Jr., “History of Anthropology: Whence/Whither” in George W. Stocking Jr. (org.), *Observers Observed: Essays on Ethnographic Fieldwork* (Wisconsin, US: University of Wisconsin Press, 1984), v. 1, p. 5. Tradução própria.

4 Susan Lindee & Ricardo Ventura Santos, “The Biological Anthropology of Living Human Populations: World Histories, National Styles, and International Networks: An Introduction to Supplement 5”, *Current Anthropology*, v. 53, n. S5 (2012), p. 8, [↗](#). Tradução própria.

5 Franz Boas, “The History of Anthropology”, *Science*, v. 20, n. 512 (1904), pp. 513-524, [↗](#); Stocking Jr. aponta Boas como proponente do modelo dos quatro campos da antropologia. George W. Stocking Jr., “Guardians of the Sacred Bundle: The American Anthropological Association and the Representation of Holistic Anthropology” in George W. Stocking Jr., Saul B. Cohen & David Bromwich, *Learned Societies and the Evolution of the Disciplines* (New York: American Council of Learned Societies, 1988), pp. 1725; Stocking Jr., “Franz Boas and the Founding of the American Anthropological Association”, *American Anthropologist*, v. 62, n. 1 (1960), pp. 1-17, [↗](#).

do século anterior, que estiveram presentes, por exemplo, em comunicações de etnólogos como o britânico Augustus Pitt-Rivers.⁶

No continente europeu do século XIX, a antropologia se desenvolvia majoritariamente como um domínio disciplinar separado, demarcado em oposição à etnologia.⁷ A vertente francesa da *Anthropologie* foi notavelmente influenciada pela atuação da Sociedade de Antropologia de Paris e de seu fundador, Paul Broca, cujo trabalho foi intensamente balizado por uma direção analítica que privilegiava os “caracteres físicos dos corpos humanos”.⁸ Na Alemanha a partir da década de 1860, o saber antropológico correspondia aos campos da *Anthropologie* (antropologia física), *Ethnologie* ou *Ethnographie* (etnologia ou etnografia) e *Ur-Geschichte* or *Archeologie* (pré-história ou arqueologia).⁹

O ponto em comum entre as duas tradições – francesa e alemã – residia no entendimento da delimitação da *Anthropologie*: o termo denotava, de maneira geral, “o que em países anglo-saxões viria a ser denominado de ‘antropologia física’”.¹⁰

Ainda que as tradições nacionais das metrópoles empregassem diversas maneiras de circunscrever os limites disciplinares, os desenvolvimentos de pesquisas nessas geografias percorreram lugares compartilhados. Uma dessas paragens em comum se traduziu na busca pela codificação da

6 A respeito dessas conexões, consultar Dan Hicks, “Four-Field Anthropology: Charter Myths and Time Warps from St. Louis to Oxford”, *Current Anthropology*, v. 54, n. 6 (2013), pp. 753-763, [↗](#).

7 George W. Stocking Jr., “Paradigmatic traditions in the history of anthropology” in R. C. Olby et al (orgs.), *Companion to the History of Modern Science* (London, New York: Routledge, 1990), p. 713.

8 Jean-Claude Wartelle, “La Société d’Anthropologie de Paris de 1859 à 1920”, *Revue d’histoire des sciences humaines*, v. 10, n. 1 (2004), p. 126, [↗](#).

9 Hans A. Baer, “Anthropology in the German Democratic Republic: A Personal Odessey”, *Anthropology of East Europe Review*, v. 9, n. 2 (1990), p. 56.

10 Benoit Massin, “From Virchow to Fischer: Physical Anthropology and ‘Modern Race Theories’ in Wilhelmine Germany” in George W. Stocking Jr. (org.), *Volksgeist as method and ethic: Essays on Boasian ethnography and the German Anthropological Tradition* (Wisconsin, US: University of Wisconsin Press, 1996), v. 8, p. 82.

raça e das etnias, componente basilar em muitas das iniciativas que utilizaram o continente africano como seu “laboratório”.¹¹

De maneira similar à vertente etnológica, domínio voltado à dimensão cultural, o desenvolvimento do campo da antropologia física foi beneficiado pelos processos de expansão colonial europeia, principalmente a partir do final do século XIX e início do XX. Nesse contexto, uma parcela dos pesquisadores engajados com a área se concentrou em estudos de populações as quais, sob o colonialismo, eram consideradas como “indígenas”. Ao elencar como objetos de pesquisa os corpos indígenas, esse campo do conhecimento contribuía com um repertório de imagens e discursos acerca de povos não ocidentais marcada pelas construções da alteridade.¹²

Nesse terreno, um ímpeto classificatório se configurou como tônica predominante da produção de conhecimento ocidental a respeito dos “indígenas”. Além de influenciar a busca pelos costumes e traços culturais por meio da etnologia, essa orientação também foi materializada numa atenção voltada à representação, descrição e categorização dos corpos, seus fenótipos e caracteres biológicos. Com base nesses interesses, foram promovidas exposições, missões e expedições que tinham como objetos povos nativos de vários territórios do continente africano. Nas metrópoles, esse tipo de atenção ganhou projeção em exposições e feiras, como as promovidas em

11 A metáfora da África como um “laboratório vivo” é discutida em Helen Tilley, *Africa as a Living Laboratory*, London: University of Chicago Press, 2011.

12 Nas colônias portuguesas, o termo “indígena” foi utilizado no âmbito legal para designar um status jurídico de não-cidadãos aos indivíduos categorizados como tal. Essa condição foi regulamentada por um corpo legislativo que culminou num regime jurídico de diferenciação, em vigor de 1926 até 1961 em Angola e Moçambique, e de 1929 a 1961 na Guiné (Macau, Cabo Verde e Estado da Índia, embora também colônias, não foram submetidos a tal legislação). Fundamentada numa perspectiva racializada, a atribuição da categoria de indígena não se restringia à dimensão jurídica, tendo sido empregada no vocabulário colonial mesmo antes da promulgação do Estatuto do Indigenato. A respeito, consultar: Maria Paula G. Meneses, “O ‘indígena’ africano e o colono ‘europeu’: a construção da diferença por processos legais”, *E-cadernos CES*, n. 7 (2010), [↗](#); Maria da Conceição Neto, “A República no seu estado colonial: combater a escravatura, estabelecer o ‘indigenato’”, *Ler História*, n. 59 (2010), pp. 205-225, [↗](#); Patrícia Ferraz de Matos, *The Colours of the Empire: Racialized Representations during Portuguese Colonialism*, New York: Berghahn Books, 2022; Decreto n.º 16473, de 6 de fevereiro Diário do Governo n.º 30/1929, Série I de 1929-02-06, Ministério das Colónias, p. 387. [↗](#)

Paris em 1899, 1907, 1931; em Amsterdã, em 1883; em Londres, em 1911; no Porto; em 1894 e 1934; e em Lisboa, em 1940. Em que pesem suas especificidades, conforme Omar Ribeiro Thomaz pondera, o “exotismo e a alteridade representaram o aspecto central de todas as exposições”.¹³

Iniciativas como o *African Research Survey* (1929–1939), promovido no âmbito do império britânico, a *Mission Anthropologique de l'Afrique Occidentale Française* (1946–48), na esfera do império francês, e as missões científicas promovidas com o suporte da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais/do Ultramar no caso do império português, levaram a campo pesquisas em solo africano. A esses projetos de consideráveis dimensões, se somaram expedições científicas promovidas por sociedades eruditas e museus europeus e norte-americanos que se multiplicaram a partir do final do século XIX.¹⁴

No que concerne ao desenvolvimento de pesquisas no campo da antropologia física em colônias portuguesas, a antropometria figurou como um dos principais instrumentos desses empreendimentos. Por meio da mensuração e análise físico-biológica dos corpos “indígenas”, é possível notar que estudos, ensaios e exames antropométricos contribuíram com repertórios de classificação construídos em terreno colonial. A partir da discussão de resultados de pesquisas dessa natureza que elencaram a província de Angola como terreno de investigação principal, este artigo visa refletir a respeito das linhas de força da atenção antropológica que tomou as medidas do corpo africano como enquadramento analítico. Dada a fluidez dos domínios nos quais esses estudos emergem, adotaremos a noção formulada por Rui Mateus Pereira de “atenção antropológica” para designar a produção escrita analisada no trabalho. Esse caminho permite lidar com os saberes de caráter antropológico

13 Omar Ribeiro Thomaz, *Ecoss do Atlântico Sul: Representações sobre o Terceiro Império Português*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. p. 206.

14 Tilley, *Africa as a Living Laboratory*; Léon Pales (org.), *Le bilan de la mission anthropologique de l'A.O.F. (janvier 1946-août 1948)*, Dakar: Direction générale de la santé publique, 1948, 2; Lord Hailey, *An African Survey*, London: Oxford University Press, 1938; Patrick Petitjean, “Science and the ‘civilizing mission’: France and the colonial enterprise” in Benediky Stutchey (ed.), *Science Across the European Empires-1800-1950* (Oxford: Oxford University Press, 2005), pp. 107-128.

como atividades cognitivas que se inscrevem num contexto de institucionalização da disciplina. A partir da atenção antropológica, poderemos considerar na análise tanto “as práticas e conceitos que, até agora, temos considerado como ‘científicos’”, assim como “as atitudes, comportamentos e concepções que emanam de múltiplos agentes das diversas instâncias do social”.¹⁵

Seguindo os itinerários dessa atenção, cabe indagar quais foram as populações elencadas para os estudos. Além disso, convém considerar as condições sob as quais pesquisas foram conduzidas. Quais foram as referências utilizadas nas produções resultantes? O que o discurso antropológico construído a partir desse prisma afirmou acerca dos corpos “indígenas”? Com essas questões no horizonte, o exame dos estudos antropométricos busca compreender suas condições de produção e as conexões de seus repertórios discursivos com a “biblioteca colonial”,¹⁶ contribuindo, assim, com a compreensão das relações entre a antropologia e a elaboração de discursos acerca dos africanos em contexto colonial.

A antropologia portuguesa e a investigação nas colônias

Na primeira metade do século XX, o campo institucional da antropologia em Portugal esteve fundamentalmente marcado pela atuação da Escola de Antropologia do Porto.¹⁷ Embora a vertente abarcasse também outros

15 Rui Mateus Pereira, “Conhecer para dominar: o desenvolvimento do conhecimento antropológico na política colonial portuguesa em Moçambique, 1926-1959”, Tese (Doutorado em Antropologia), Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2005, p. 17, [Ez](#).

16 Formulada pelo filósofo congolês Valentin Yves Mudimbe, a noção de biblioteca colonial faz referência a um corpo de conhecimentos que articula uma visão de África como o paradigma da alteridade. Mudimbe argumenta que “por meio dos escritos de viajantes e exploradores, uma ‘biblioteca colonial’ começa a tomar forma ao final do século XIX. Ela representa um conjunto de conhecimentos construído com o propósito de traduzir e decifrar fielmente o objeto africano” que “realizou um projeto político no qual, supostamente, o objeto desvelaria seu ser, seus segredos, seus potenciais para um senhor, que poderia, finalmente, domesticá-lo”. Valentin Y. Mudimbe, *A Ideia de África*, Petrópolis: Editora Vozes, 2022, loc. 116 [ebook].

17 Segundo Pereira, a “‘Escola do Porto’ de Antropologia tinha sido constituída nos anos 20 a partir de uma estreita ligação” entre “o Instituto de Investigação Científica

domínios, como a pré-história e a etnografia, uma parcela significativa dos estudos desenvolvidos nas colônias se ocupou das dimensões física e biológica da antropologia. Essa configuração se relaciona com uma característica fundante do desenvolvimento da disciplina que viria a ser compreendida por antropologia colonial: sua criação, conforme Ricardo Roque destaca, “em forte associação ideológica à expansão do império português, foi a bandeira dos naturalistas e médicos portuenses ligados ao Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, bem como do seu parceiro institucional, o Instituto de Anatomia”.¹⁸

Inicialmente, a atividade dos pesquisadores portugueses nas colônias ultramarinas era incipiente, situação que foi duramente criticada pela figura considerada central para a vertente: António Augusto Mendes Correia, médico e antropólogo que assumiu uma posição fundamental na articulação e promoção do campo em Portugal. Sua agenda de pesquisa incluía interesses na metrópole e nas colônias, que se materializaram sob formas de investigações em torno de temas como raça e nacionalidade.

No que concerne às colônias, Mendes Correia defendia o investimento no conhecimento dos “indígenas” por meio das investigações científicas, que idealmente se conformariam numa etapa preliminar da administração, necessária “em vista da variedade de aptidões, costumes, tendências, etc., das raças indígenas”.¹⁹

Essa concepção da investigação antropológica também se alimentava da ideia, fortemente difundida naquele momento, da necessidade

de Antropologia [...] da Faculdade de Ciências Naturais da Universidade do Porto e a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (SPAEE), com sede na mesma faculdade”. O Instituto de Antropologia compreendia a Antropologia Física como subárea da Biologia da seção de História Natural da instituição, enquanto a SPAEE “incluía nas suas áreas de estudo, além da Antropologia Física, também a Pré-História e a Etnografia de Portugal”. Pereira, “Conhecer para dominar”, p. 288.

18 Ricardo Roque, “A Antropologia Colonial Portuguesa (c. 1911-1950)” in Diogo Ramada Curto (org.), *Estudos de Sociologia da Leitura em Portugal no Século XX* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006), p. 795.

19 António Augusto Mendes Correia, “Antropologia aplicada”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, v. 3 (1926), p. 10, .

do registro de culturas “primitivas” que supostamente estariam em vias de desaparecimento:²⁰

O interesse puro da ciência, nuns casos, e a mais flagrante utilidade pública, noutros, aconselham urgência nas pesquisas correspondentes. Há, ali, populações e costumes em via de desaparecimento, há elementos indígenas cuja colaboração na vida portuguesa não pode considerar-se plenamente satisfatória sem o conhecimento das capacidades respectivas e sua adequada civilização.²¹

Desse modo, a urgência atribuída por Mendes Correia ao empreendimento das investigações nas colônias baseou-se tanto no argumento da necessidade do registro de povos e costumes em face de uma suposta perda cultural quanto na ideia de que seu conhecimento seria essencial à “civilização” dos indígenas. Assim, ao mesmo tempo em que a visão instrumental do conhecimento antropológico cristalizaria em seus discursos certas leituras desses povos, também reforçava a ideia do conhecimento científico como fundamento para uma ação colonizadora, que projetava Portugal enquanto “potência colonial”, num contexto em que outros impérios também buscavam uma afirmação da legitimidade por meio da ciência.²²

Escrevendo em 1926, Mendes Correia afirmava que “estudos sistemáticos” sobre indígenas de Angola, Moçambique, Índia e Timor, teriam sido resultantes, até aquele momento, da “boa vontade de investigadores isolados”.²³ Essa leitura também pode ser observada na produção de outros

20 Acerca de tal noção, consultar Samuel J. Redman, *Prophets and Ghosts: The Story of Salvage Anthropology*, Cambridge: Harvard University Press, 2021.

21 António Augusto Mendes Correia, *Raças do império*, Porto: Portucalense Editora, 1943, pp. 420-421.

22 A respeito do “conhecimento científico como promotor de Portugal como potência colonial” e o contexto de afirmação imperial na Europa, ver: Patrícia Ferraz de Matos, “Conhecimento científico como promotor de potência colonial: O caso das missões científicas de foro antropológico” in Beatriz Marín-Aguilera. *Repensar el colonialismo: Iberia, de colonia a potencia colonial* (Madrid: JAS Arqueología S.L.U., 2018), p. 396.

23 Correia, “Antropologia aplicada”, p. 11.

pesquisadores, como Alberto Carlos Germano da Silva Correia.²⁴ O cenário de predominância das iniciativas individuais e esforços pontuais na área apenas seria modificado nos anos 1930. A partir daquele momento, a produção no campo cresceu notavelmente, impulsionada pelas mudanças na política colonial desenvolvidas no âmbito do Estado Novo, que passou a investir num projeto de “ocupação científica” das colônias, a fim de dar suporte à “nova etapa na administração colonial portuguesa, de cariz imperial, nacionalista e centralizadora”.²⁵

Ainda que a direção assumida pela Escola do Porto – de uma antropologia física também interessada nas colônias – não tenha sido necessariamente uma construção do Estado Novo, a centralização do projeto imperialista sob o regime trouxe outras dinâmicas à política colonial, as quais impactaram o investimento estatal em pesquisas científicas conduzidas no âmbito do império português.²⁶

Sob o regime, o próprio Mendes Correia foi convidado pela administração a “participar na elaboração de um programa colonial” que impulsionaria a “investigação científica sobre a vastidão do *império*”.²⁷ Em sua concepção da agenda científica do império, a antropologia física deveria

24 Alberto C. Germano da Silva Correia, “A necessidade do estudo antropológico das populações coloniais. Memória apresentada no 3º Congresso Colonial Nacional”, *Arquivos da Escola Médico-Cirúrgica de Nova Goa*, v. B-4 (1933), p. 1003. Disponível no Portal das Memórias de África e do Oriente. 

25 Ao caracterizar essa fase da política colonial portuguesa e sua postura frente à investigação científica, Cláudia Castelo destaca que o Estado Novo apostou na “na criação de uma ‘mística imperial’, capaz de mobilizar os espíritos no sentido do orgulho e da defesa das colônias”. Cláudia Castelo, “Investigação científica e política colonial portuguesa: evolução e articulações, 1936-1974”, *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 19 (2012), p. 393, .

26 Segundo Pereira, “a orientação colonial da Antropologia Física da “Escola do Porto” não foi propriamente uma invenção da política científica do Estado Novo. Desde os anos 20 que Mendes Corrêa se encontrava em contacto com a Société d’Anthropologie de Paris, a mais antiga escola francesa de Antropologia Física, e era amigo pessoal de Henri Vallois, desde 1938 secretário-geral desta sociedade, e seguia também com grande interesse as investigações antropológicas de Léon Palès na África Ocidental Francesa.” Rui Mateus Pereira, “Raça, sangue e robustez. Os paradigmas da antropologia física colonial portuguesa”, *Cadernos de estudos africanos*, n. 7/8 (2005), p. 230, .

27 Patrícia Ferraz de Matos, “Mendes Correia e a Escola de Antropologia do Porto: contribuição para o estudo das relações entre antropologia, nacionalismo e colonialismo (de

assumir um lugar prioritário, em razão de “estabelecer as características somáticas e as possibilidades psicofísicas dos diferentes povos”.²⁸

Do ponto de vista estatal, houve um crescimento do investimento colonial com relação à promoção e divulgação de estudos a respeito de populações indígenas. A Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais (JMGIC), fundada em 1936, se constituiu numa entidade fundamental desse suporte. A instituição, conforme Cláudia Castelo explica, foi um “organismo diretamente dependente do Ministério das Colônias/do Ultramar (1936-1973), destinado à coordenação e promoção de trabalho científico nos territórios de além-mar sob soberania portuguesa”.²⁹

Sob a égide desse organismo, foram organizadas as “Missões Antropológicas e Etnológicas”, empreendimentos autorizados oficialmente pelo Ministério das Colônias no ano de 1945.³⁰ O texto legal que as regulamenta aponta como finalidade principal a condução de estudos das populações das colônias “do ponto de vista bio-étnico”, enfatizando o “reconhecimento geral dos grupos étnicos de cada colônia, seus indivíduos, sua sistematização e definição de suas condições de vitalidade”, como também “o estudo das instituições tradicionais das populações indígenas e do seu direito consuetudinário”.³¹

Em Angola, as missões antropológicas consistiram no empreendimento de campanhas de investigação que visavam principalmente o desenvolvimento de pesquisas no campo da antropologia física. Em menor escala, houve também espaço para a coleta de dados etnográficos

finais do século XIX aos finais da década de 50 do século XX)”, Tese (Doutorado em Antropologia Social e Cultural), Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012, p. 227, .

28 Patrícia Ferraz de Matos, “Modos de fazer da antropologia colonial: a missão científica de Mendes Correia à Guiné Portuguesa (1945-1946)” in Vítor Oliveira Jorge (org.), *Modos de Fazer* (Porto: FLUP-CITCEM, 2020), p. 170, .

29 Castelo, “Investigação científica e política colonial portuguesa”, p. 392.

30 As nomenclaturas exatas variavam, incluindo versões como “Missão Antropológica”, “Missão Antropobiológica” e “Missões Antropológica e Etnológica”. Para uma relação das missões científicas e suas respectivas nomenclaturas, consultar: Projeto FiSciPE, .

31 Portugal, “Decreto-lei nº 34.478”, 1945, p. 222, .

e arqueológicos. As expedições foram lideradas por António de Almeida, médico, membro da JMGIC e afiliado à Escola de Antropologia do Porto. Em 1948 e 1949, missões preliminares foram conduzidas por Almeida. Entre 1950 e 1955, as incursões corresponderam à nomenclatura oficial de “Missão Antropobiológica de Angola”, demarcando (mas não restringindo totalmente) uma orientação voltada à descrição e estudo dos caracteres somáticos e biológicos das populações indígenas.

No plano geográfico, o sul de Angola se constituiu num ponto de atenção das pesquisas promovidas com o apoio da JMGIC. Muitos dos estudos desenvolvidos nessa área tinham como principais agrupamentos-alvo povos que recebiam com frequência as nomenclaturas de “bosquímanos” e “hotentotes”. Essas designações carregam conotações negativas em razão de suas associações a anomalias e ao primitivismo. Segundo Sílvio Marcus de Souza Correa, era comum, por exemplo, que povos classificados sob essas nomeações fossem retratados como “o elo-perdido da evolução humana” ou como “grupos intermediários entre os humanos e os primitivos antropoides”.³²

32 Sílvio Marcus de Souza Correa, “Fotografia e teratologia colonial”, *Revista de Comunicação e Linguagens*, n. 57 (2022), p. 215.

Ambos, ao longo de seus exercícios profissionais, realizaram estudos com outras populações da região. Seus conhecimentos de anatomia provenientes da formação em medicina, assim como, conforme Leonor Pires Martins sugere, “a prática rotineira da inspeção de corpos humanos”, influenciariam o engajamento de médicos e pessoas com formação inicial na área.³⁴

Convém mencionar, no entanto, que o interesse no desenvolvimento de pesquisas dessa natureza em territórios específicos da província não se restringiu ao sul de Angola. Há também, se forem considerados territórios específicos dentro do interior da província, uma concentração de estudos em outras duas áreas do território: o planalto central e a região da Lunda.³⁵

No que diz respeito ao planalto central de Angola, os trabalhos de campo de natureza antropométrica foram conduzidos tanto por atores ligados ao funcionalismo colonial como por personagens financiados por outras instituições. Muitos dos títulos resultantes dessas investigações contaram com a autoria de Alexandre Sarmento, figura que trabalhou como médico dos Serviços de Saúde do Ultramar e como pesquisador vinculado à JMGIC. Demais estudos foram conduzidos por outros pesquisadores, inclusive vinculados a instituições não-portuguesas, como o etnólogo Wilfrid Hambly, que esteve na região a serviço do museu *Field* de Chicago no ano de 1929.

Os textos revelam um interesse em torno da codificação dos corpos indígenas da localidade, cuja motivação pode ter sido influenciada pelo fator populacional. Naquele contexto, o planalto central de Angola apresentava uma alta densidade demográfica. No debate colonial, em razão dessa configuração, a região foi frequentemente associada a um terreno com grande potencial para o recrutamento de trabalhadores. Efetivamente, uma parcela

34 Leonor Pires Martins, “Ossos do ofício: um caso de práticas antropométricas no norte de Moçambique”, *Actas do Terceiro Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia*, (2006), p. 4; A prevalência de médicos no domínio da antropologia física também tem relação com a trajetória do campo na primeira metade século XX e às afiliações teórico-metodológicas de seus praticantes. Sobre esses aspectos, ver: Rui Mateus Pereira, “Colonialismo e Antropologia: a especulação simbólica”, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, v. 10 (1989), pp. 269-281; Matos, “Mendes Correia”, p. 85.

35 O planalto central de Angola, também denominado planalto do Bié, é uma região da porção central de Angola. A Lunda corresponde a um território no norte de Angola, que atualmente corresponde às províncias da Lunda Norte e Lunda Sul.

significativa da mão-de-obra do Bié e do Huambo foi empregada como alternativa à escassez de trabalhadores no norte da província, principalmente nas décadas de 1940 e 1950.³⁶ Investigar as características somáticas dos nativos, portanto, poderia significar a obtenção de conhecimento acerca dos potenciais trabalhadores que seriam integrados à economia colonial, majoritariamente como mão-de-obra braçal.

As experiências de campo provenientes de tal atenção foram viabilizadas por meio do suporte oferecido pelos financiamentos, fossem eles estatais ou privados, assim como pelos arranjos logísticos intermediados por personagens do terreno colonial. Chefes de postos coloniais e outros agentes da administração colonial, por exemplo, cumpriam com frequência funções de intermediação e/ou recrutamento de indivíduos ou grupos locais que seriam alvos dos estudos e medições.³⁷

Na região da Lunda, que compunha o perímetro de exploração da Companhia de Diamantes de Angola (Diamang), os estudos foram majoritariamente promovidos nos limites da atuação da empresa, cuja extensão cobria quase integralmente os territórios atualmente pertencentes

36 Em 1960, estimava-se que a população *umbundu*, que se concentra no planalto central, correspondia a 36,2% da demografia da província de Angola. Carlos Moreira Henriques Serrano, *Angola, nascimento de uma nação: um estudo sobre a construção da identidade nacional*, Luanda: Kilombelombe, 2008, p. 124; O debate em torno da crise de mão de obra nas colônias – e, em particular, em Angola – se constituiu numa das preocupações do discurso colonial no contexto. Consultar, por exemplo: “A reunião magna das forças económicas”, *Gazeta das Colónias*, 25 ago. 1924, p. 5. Disponível na Hemeroteca Municipal de Lisboa, [🔗](#); A historiografia também se debruçou sobre o tema: Jeremy Ball, *Angola’s Colossal Lie: Forced Labor on a Sugar Plantation, 1913-1977*, Leiden: Brill, 2015, pp. 49; 97; Jelmer Vos, “Coffee Frontier in Proto-Colonial and Colonial Angola”, *Commodity Frontiers*, n. 2 (2021), p. 2, [🔗](#). A respeito dos trabalhadores do Bié contratados para o norte da província, consultar: Douglas L. Wheeler e René Pélissier, *Angola*, New York: Praeger, 1971, p. 141.

37 Nos estudos aqui discutidos, interlocuções explícitas com agentes coloniais ou o uso de sedes das circunscrições e outras estruturas da administração colonial antropométricos aparecem, por exemplo, em José Henrique Santos David, *Antropometria da tribo Caçonga*, Lisboa: Companhia de Diamantes de Angola, 1958, pp. 17; 22, [🔗](#); Alexandre Sarmento, “Notas sobre a estatura de algumas populações indígenas de Angola”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, v. 10 (1942), pp. 49; 52; Alberto C. Germano da Silva Correia, “Os cuanhamas: contribuição ao seu estudo antropométrico e etnográfico”, *Arquivos da Escola Médico-Cirúrgica de Goa*, Série A, Fasc. 6 (1931), p. 998. Disponível no Portal das Memórias de África e do Oriente, [🔗](#)

às províncias da Lunda Norte e da Lunda Sul.³⁸ Conduzidos por seus funcionários ou por pesquisadores autorizados pela companhia, pesquisas desenvolvidas no terreno de influência da Diamang alcançaram diversas áreas do conhecimento, como a biologia, etnografia, arqueologia e geologia. No campo da antropologia física, os estudos e testes estiveram intimamente ligados às atividades dos serviços de saúde da empresa.³⁹

Como consequência direta desse arranjo, parcela significativa dos participantes dos exames eram trabalhadores e seus familiares. É preciso considerar, no entanto, que a composição demográfica da área concessionada incluía também, no período colonial, trabalhadores provenientes de outras áreas de Angola, dado, que, conforme Nuno Porto explica, a população nativa, tendo atravessado um cenário de ocupação militar no início do século XX, era considerada escassa para as demandas da companhia.⁴⁰

Trabalhos resultantes de pesquisas desenvolvidas no âmbito da Diamang foram editados em volumes das “Publicações Culturais”. A série foi composta por 89 números, que vieram à público entre os anos de 1948 e 1977. Dentre esses, cinco foram dedicados integralmente à antropologia física.

Por meio do apoio da Diamang, da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais (JMGIC) e de outras instituições, pesquisadores utilizaram a antropometria como instrumento para traçar descrições, classificações e análises acerca da constituição física-biológica de corpos indígenas de Angola, e mais acentuadamente das populações do sul, do planalto central e da Lunda. Discutiremos, a seguir, como a prática de mensurar partes dos

38 A Companhia de Diamantes de Angola – Diamang foi uma empresa concessionária de exploração de diamantes que atuou em Angola do ano de 1917 até a sua dissolução, em 1975, após a proclamação da Independência. A respeito de sua atuação, Nuno Porto explica que a Diamang se constituía numa “empresa de colonização” e praticava “uma versão própria de ‘desenvolvimento separado’ alicerçada na racionalização burocrática de um universo empresarial baseado na aplicação pragmática da ciência e da técnica”. Nuno Porto, “Modos de objectificação da dominação colonial: o caso do Museu do Dundo, 1940-1970”, Tese (Doutoramento em Ciências da Vida), Universidade de Coimbra, Coimbra, 2002. pp. 2-3, .

39 Universidade de Coimbra, Museu Antropológico, *Diamang: Estudo do Património Cultural da Ex-companhia de Diamantes de Angola*, 2ª edição, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019, p. 21.

40 Porto, “Modos de objectificação”, p. 7.

corpos indígenas se constituiu numa das peças da atenção antropológica voltada ao terreno colonial angolano.

Práticas, arquétipos e referências da produção antropométrica

A antropometria lida com mensurações e relações numéricas de corpos humanos e suas partes. No século XIX, conforme Claude Blanckaert sintetiza, desponta como um “corpo de saber, um estilo metodológico e uma linguagem objetivista expressa matematicamente”.⁴¹

Marcos fundamentais à formação desse domínio, as obras de Adolphe Quételet e Paul Broca lançaram bases às definições defendidas por figuras como Paul Topinard, médico e antropólogo francês, que na esteira de seus antecessores, atribuía à antropometria à tarefa de medir o corpo humano (vivo ou sob a mesa de dissecação) com o objetivo de determinar as proporções de suas partes.⁴²

Definições dos limites do campo e das aplicações possíveis dos resultados da antropometria, no entanto, não foram encaradas de maneira homogênea por seus praticantes. Francis Galton, por exemplo, discordava da proposta de Topinard que delimitava o alcance dos inquéritos antropométricos apenas às características físicas, e, no lugar, propunha ampliar as investigações para incluir características mentais.⁴³

Partindo de um terreno de práticas cujos limites e aplicações agregaram diferentes leituras, pesquisadores empregaram a antropometria

41 Claude Blanckaert, “L’Anthropométrie: langage, normes techniques, controverses”, *ASDIWAL. Revue genevoise d’anthropologie et d’histoire des religions*, v. 5, n. 1 (2010), p. 110, [↗](#).

42 Adolphe Quételet, *Anthropométrie ou mesure des différentes facultés de l’homme*, Bruxelles: C. Muquardt, 1870; Paul Topinard, “Observations Upon the Methods and Processes of Anthropometry”, *The Journal of the Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, v. 10 (1881), p. 212, [↗](#).

43 Angelo Albrizio, “Biometry and anthropology: from Galton to constitutional medicine”, *Journal of Anthropological Sciences*, v. 85 (2007), p. 108.

como parte do inquérito em torno corpos “indígenas” na Angola colonial. Outras abordagens e métodos foram trabalhados, inclusive por pesquisadores que também tinham desenvolvido estudos antropométricos. É o caso da seroantropologia, baseada na coleta de dados sanguíneos, presente em trabalhos de António de Almeida, médico e líder das missões antropológicas de Angola e Maria Emília de Castro e Almeida, investigadora adjunta nas missões antropológicas de Angola, de José Henrique dos Santos David e Reinaldo de Almeida, médicos da Diamang.⁴⁴ Os estudos das modificações corporais, que aparecem frequentemente nos textos sob a alcunha de “mutilações étnicas”, também exploram a dimensão física como fundamento das análises. Além dos pesquisadores já mencionados, também há publicações nesse sentido de Alexandre Sarmento.⁴⁵

No quadro da consolidação desse campo, as técnicas antropométricas adotadas pela antropologia portuguesa apresentavam uma forte influência da tradição francesa, cujo repertório “embora incluísse aspectos físicos e biológicos, etnologia, linguística e arqueologia pré-histórica, acabou focando majoritariamente em fatos biológicos”.⁴⁶

44 António de Almeida e Maria Emília de Castro e Almeida, “Contribuição para o estudo da sero-antropologia dos bosquímanos de Angola”, *Garcia de Orta: Revista da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar*, v. IV, n. 3 (1956); José Henrique Santos David e Reinaldo de Almeida, *Subsídios para a História, Arqueologia e Etnografia dos Povos da Lunda. Contribuição para o estudo de alguns Caracteres Dentários dos Indígenas da Lunda, Grupos Sanguíneos dos Indígenas da Lunda e Songo*, Lisboa: Companhia de Diamantes de Angola, 1949. Disponível no Portal das Memórias de África e do Oriente, [🔗](#).

45 António de Almeida e Maria Emília Castro e Almeida, “Sobre mutilações étnicas dos Cassequeles (Angola)”, *Boletim do Instituto de Angola*, v. 4 (1954), pp. 381-389; António de Almeida e Maria Emília Castro e Almeida, “Sobre as mutilações étnicas dos cazamas (Angola)”, *Boletim do Instituto de Angola*, v. 7 (1955), pp. 43-55; Maria Emília de Castro e Almeida, “Das mutilações étnicas dos Mucussos e Cuangares”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, v. 17, n. 14 (1959), [🔗](#); Reinaldo de Almeida, *Subsídios para o Estudo da Antropologia na Lunda*. [“Mutilações dentárias nos negros da Lunda”, “Memória descritiva de dois casos raros de anomalias dentárias”], Lisboa: Companhia de Diamantes de Angola, 1957; David e Almeida, *Subsídios para a História, Arqueologia e Etnografia dos Povos da Lunda. Contribuição para o estudo de alguns Caracteres Dentários dos Indígenas da Lunda, Grupos Sanguíneos dos Indígenas da Lunda e Songo*.

46 Patrícia Ferraz de Matos, *Anthropology, Nationalism and Colonialism: Mendes Correia and the Porto School of Anthropology*, New York: Berghahn Books, 2023, p. 214.

No início do século XX, as práticas antropométricas animaram um ramo da antropologia baseado em instrumentos estatísticos e na mensuração de atributos corporais humanos. Esse conjunto de técnicas foi empregado com a finalidade de identificar os caracteres descritivos de um povo, esclarecer a posição biológica do ser humano na natureza e “delimitar a particularidade das raças”.⁴⁷ Receberam diversas aplicações, integrando, por exemplo, repertórios instrumentais auxiliares da medicina, criminologia e psiquiatria.⁴⁸

Em Portugal, a antropometria desempenhou um lugar de destaque no desenvolvimento da criminologia, particularmente entre as décadas de 1880 e 1940. Baseadas na mensuração de esqueletos e, depois, de corpos vivos, as práticas antropométricas se tornaram instrumentos fundamentais para a produção da Escola de Antropologia do Porto. Tais técnicas também ganharam espaço no final do século XIX na antropologia militar, com estudos realizados entre recrutas do império português. Nesse sentido, por exemplo, Fonseca Cardoso, militar e antropólogo português, idealizou um projeto de estudo antropométrico entre os recrutas do Minho, uma região da porção norte de Portugal. Sua convocação para servir nas campanhas militares em Goa, no entanto, interrompeu o projeto, ao passo que o permitiu realizar estudos antropométricos na colônia.⁴⁹

47 Claude Blanckaert, “Lógicas da antropotecnia: mensuração do homem e bio-sociologia (1860-1920)”, *Revista Brasileira de História*, v. 21, n. 41 (2001), p. 146, [↗](#); Claude Blanckaert, “On the Origins of French ethnology” in George W. Stocking Jr. (org.), *Bones, Bodies, Behavior: Essays on Biological Anthropology* (Wisconsin, US: University of Wisconsin Press, 1990), p. 49.

48 Nuno Luís Madureira, “A estatística do corpo: antropologia física e antropometria na alvorada do século XX”, *Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, v. 7, n. 2 (2003), pp. 283-303, [↗](#); Ricardo Roque, “Poder e acção, coisas e sujeitos na prática científica: um caso da antropologia colonial do século XIX” in *IV Congresso Português de Sociologia* (Coimbra: Associação Portuguesa de Sociologia, 2000), p. 2.

49 A respeito da antropometria como instrumento da criminologia em Portugal, consultar: Mónica Sofia Ferreira Sousa, “Métodos e técnicas da Antropologia criminal em Portugal: da criação do posto antropométrico do Porto aos Institutos de Criminologia (1880-1940)”, Dissertação (Mestrado em Criminologia), Universidade do Porto, Porto, 2019, [↗](#); Sobre a conexão entre a antropometria e a produção da Escola de Antropologia do Porto, consultar: Matos, *Anthropology, Nationalism and Colonialism*, pp. 50; 52. Acerca do emprego da antropometria na antropologia militar, consultar

Nas colônias, os estudos ganharam contornos fortemente conectados ao ímpeto classificatório colonial, direção que se manifestou na tendência ao uso dos dados observados e coletados como fundamento para a leitura dos indígenas a partir de categorias fixas, fossem elas baseadas em conotações étnicas ou raciais. Esse quadro coincide, inclusive, com uma inclinação da antropometria empregada em situações coloniais, cuja aplicação, conforme Sayori Ghoshal aponta, foi frequentemente compreendida como um meio de fornecimento de dados para a classificação de agrupamentos étnicos e raciais.⁵⁰

Com relação aos trabalhos gestados na Angola colonial, foi possível identificar que algumas referências principais proveram as linhas de força do repertório de conhecimento construído pelo conjunto bibliográfico resultante. A mensuração de certos atributos físicos apresentou uma presença recorrente em grande parte dos estudos aqui discutidos. Do ponto de vista da observação visual, elementos descritos como caracteres somáticos apareceram com frequência: estatura, cor da pele e dos olhos, formato dos lábios e nariz. Dentre as mensurações, medidas dos elementos da face e da cabeça, comprimento de membros superiores e inferiores e circunferência do tórax figuram dentre os mais aferidos. A partir das mensurações e testes, foram calculados índices como o cefálico e o nasal, assim como o coeficiente de robustez. Ainda como parte desse repertório, alguns autores relacionaram seus resultados à tarefa de classificação racial.

Uma apreensão da antropometria como critério de classificação racial pode ser encontrada nos trabalhos de Alexandre Sarmiento, médico que atuou em Angola e Cabo Verde. Nesses territórios, também desenvolveu estudos que tinham como objetos as populações locais, nas áreas da antropologia física, demografia, etnologia, estudos das patologias e assistência

Martins, “Ossos do ofício”; Ricardo Roque, *Antropologia e Império: Fonseca Cardoso e a Expedição à Índia em 1895*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001. A respeito da antropometria no trabalho de Fonseca Cardoso, consultar Ricardo Roque, “Equivocal connections: Fonseca Cardoso and the origins of Portuguese colonial anthropology”, *Portuguese Studies*, v. 19, n. 1 (2003), p. 90; 106, [↗](#).

50 Sayori Ghoshal, “Race in South Asia: Colonialism, nationalism and modern science”, *History Compass*, v. 19, n. 2 (2021), p. 4, [↗](#).

médica. Era sócio da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia e foi financiado parcialmente pela Junta de Investigações do Ultramar, instituição que lhe forneceu uma bolsa que contribuiu para seus estudos de campo. Em trabalhos desenvolvidos em Angola, empregou a antropometria como um dos métodos de obtenção de dados. A partir de observações visuais e mensurações, suas análises com frequência se valeram de coeficientes e índices que foram tomados como parâmetros para classificações raciais.⁵¹ Nesse sentido, essas associações incorporaram uma das dimensões do que Topinard considerava que a antropometria seria capaz de determinar: “as raças, para distingui-las e estabelecer suas relações umas com as outras”.⁵²

Partindo de medidas corporais, o esforço classificatório de Sarmiento se valeu da interpretação do índice cefálico como marcador racial e étnico. Sua leitura partiu da classificação de Joseph Deniker, cuja formulação acerca desse tópico estabelecia que tal indicador correspondia à “expressão numérica da forma cranial”, aspecto que poderia auxiliar a “discernir os elementos constituintes da população na medida em que se manifestam nas características cranianas”.⁵³ As conexões entre classificações raciais e a antropometria também aparecem no trabalho de Sarmiento a partir dos manuais e obras de referência consultados pelo médico. Além da obra de Topinard, Sarmiento consultou o manual de Henri. V. Vallois, antropólogo e anatomista francês que também endossava a potencial função de classificação racial da antropometria.⁵⁴

51 Referências a essas associações aparecem em Alexandre Sarmiento, “Notas sobre a estatura de algumas populações indígenas de Angola”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, v. 10 (1942), p. 50; Alexandre Sarmiento, “Notas sobre a Antropologia dos Bacangalas”, *Boletim Geral das Colônias*, v. 182-183 (1940), p. 34; Alexandre Sarmiento, “Os Huambos: Subsídios para o estudo da sua Antropologia Física, Biológica e Cultural”, *Separata Anais Inst. Med. Tropical*, v. 13 (1956), p. 118.

52 Paul Topinard, “Observations upon the Methods and Processes of Anthropometry”, p. 212.

53 Joseph Deniker, *Les races et les peuples de la terre*, Paris: Impr. A. Taffin-Lefort, 1926, pp. 57, 58.

54 Henri V. Vallois, “Technique anthropométrique”, *La Semaine des Hôpitaux de Paris*, v. 13 (1948); Paul Topinard, *Elements d'Antropologie générale*, Paris: A. Delahaye et E. Lecrosnier, 1885.

Referências ao universo da antropometria vinculada à tradição antropológica francesa e ao uso do vocabulário de índices corporais como critérios de classificação também são recorrentes em trabalhos de outros autores. É o caso de Santos David, médico da Diamang que realizou estudos antropométricos com agrupamentos locais.⁵⁵ Em 1958, publicou um texto na coleção “Subsídios para o Estudo da Antropologia na Lunda”, no qual considerou a classificação de Topinard como referência para a análise das estaturas. Para os estudos das medidas da cabeça, considerou como parâmetro o índice cefálico de Deniker.⁵⁶ A adoção dessa grade referencial se apresenta também em seu estudo descritivo e comparativo das “tribos da Lunda e Songo”, assim como em trabalhos de outros autores, como Silva Correia e Hambly.⁵⁷

Se por um lado, o ímpeto classificatório colonial tornava-se visível por meio do vocabulário teórico-conceitual ancorado no vínculo entre as mensurações, índices e o potencial de classificação racial, em outros casos, a correlação com a classificação étnica aparecia de maneira explícita nos estudos em questão. Nos escritos de Sarmento, é possível, por exemplo, verificar a indicação de caracteres antropométricos como critério de delimitação de grupos étnico-raciais. A comparação dos índices nasais, cefálicos, estatura, e dimensões da cabeça e do tórax basearam uma hipótese de constituição étnica defendida por Sarmento. Segundo a leitura do autor, os três grupos que compunham a população nativa do distrito do Huambo formavam uma unidade antropológica. Por grupos étnicos existentes na região estudada, o autor compreendia as “três grandes tribos –

55 Santos David assumiu o cargo de médico no âmbito dos Serviços de Saúde da Diamang (SSD) em 1946. Assumiu a chefia dos SSD entre os anos de 1957 e 1973.

56 José Henrique Santos David, *Subsídios para o estudo da antropologia na Lunda: contribuição para o estudo dos indígenas da Lunda e Songo*, Lisboa: Companhia de Diamantes de Angola, 1955, pp. 27, 37. Disponível no Portal Memórias de África e do Oriente, [↗](#).

57 David, *Subsídios para o estudo da antropologia na Lunda: contribuição para o estudo dos indígenas da Lunda e Songo*, p. 249, 251; S. Correia, “Os cuanhamas”, p. 1004; Wilfrid Hambly, *Anthropometry of the Ovimbundu*, Chicago: Field Museum of Natural History, 1938.

Huambos, Sambos e Bailundos – integradas no grupo linguístico-etnográfico dos umbundos”.⁵⁸

Referente às populações do planalto central de Angola – região que compreendia o distrito do Huambo –, uma outra leitura dos agrupamentos nativos no período colonial foi construída por Hambly. Por meio de dados antropométricos e da observação de caracteres físicos, o etnólogo argumenta que os habitantes da região, que aparecem em seus textos sob o etnônimo *ovimbundu*,⁵⁹ apresentavam como caracteres distintivos a cabeça alongada, um índice nasal estreito, reduzida espessura dos lábios, além de prognatismo modificado.⁶⁰ Essas características seriam, para o autor, indicativos da fixação dos *ovimbundu* no planalto central. Esse agrupamento, segundo sua avaliação, seria constituído por dois “tipos físicos” principais. Um desses tipos foi descrito a partir das características de “cor de pele marrom e corpo esguio” e o outro, de “cor mais escura e robusto”. De acordo com o autor, ambos seriam suficientemente diferentes de traços somáticos que considerava como representativos dos “verdadeiros negros”:

Quando os traços somáticos dos Ovimbundu são considerados, é evidente que o tipo geral é diferente do dos verdadeiros negros. Entre os Ovimbundu, há pessoas de tipo esguio, de pele marrom, com algum refinamento de lábios e largura nasal; enquanto outras pessoas possuem o oposto dessas características, mas em nenhum caso tão intensamente como os verdadeiros negros.⁶¹

Assim, no trabalho de Hambly, a identificação de certos traços físicos informou certos padrões descritivos, cujo núcleo de características fundamentaria sua hipótese da constituição racial do grupo étnico.

58 Alexandre Sarmiento, “Unidade antropológica do distrito de Huambo”, *Anais do Instituto de Medicina Tropical*, v. 13, n. 1-2 (1956), p. 171, 178. Disponível na Biblioteca Nacional de Portugal.

59 *Ovimbundu* (sing. *Ocimbundu*) corresponde a um etnônimo associado aos povos falantes de umbundu. Atualmente, os “ovimbundos” integram o grupo étnico mais numeroso em Angola. Cf. Embaixada de Angola. Dados demográficos. Disponível em: [📄](#).

60 Hambly, *Anthropometry of the Ovimbundu*, p. 63.

61 Wilfrid D. Hambly, *The Ovimbundu of Angola*, Chicago: Field Museum of Natural History, 1934, p. 331.

O etnólogo, apesar de não limitar sua caracterização racial (mistura de “verdadeiro negro” com “hamita”) ou delimitação étnica (“*ovimbundu*”) aos dados antropométricos, afirma que estes, em conjunto com traços culturais, seriam os elementos que caracterizariam os *ovimbundu*, diferenciando-os de seus vizinhos.⁶²

Outras associações de medidas corporais com classificações étnico-raciais podem ser observadas em trabalhos de Santos David, Silva Correia, António de Almeida e Maria Emília de Castro e Almeida.⁶³ Ainda que orientadas por lentes distintas, formuladas de acordo com repertórios acessados por cada autor, essas leituras dos dados antropométricos foram atravessadas pela tônica classificatória do discurso colonial.

Ao buscar caracteres distintivos nos agrupamentos analisados por meio de traços físicos que diferenciariam – frequentemente de maneira hierárquica – um grupo de outro, a produção baseada na antropometria reforçava um repertório de conhecimento que presumia o elemento africano como essencialmente diferente. Nesse sentido, percebe-se nesse modo de classificar uma conexão com a biblioteca colonial, cuja “amplitude e ambição”, segundo Valentin Y. Mudimbe, “disseminam a noção de desvio como o melhor símbolo da ideia de África” a partir de uma leitura do continente como “paradigma da diferença”.⁶⁴

Na esteira desse paradigma, ainda que em níveis distintos, leituras dos dados antropométricos como parâmetro para a classificação dos agrupamentos humanos locais reverberam a tônica classificatória do discurso colonial, revelando uma dimensão profundamente vinculada a uma

62 Hambly, *The Ovimbundu of Angola*, pp. 128, 331; Hambly, *Anthropometry of the Ovimbundu*, pp. 54, 59.

63 António de Almeida, “Índice de robustez dos Maungos e Luangos (Dembos, Angola)” in *Actas do I Congresso Nacional de Ciências Naturais* (Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais, 1942); Maria Emília de Castro e Almeida, “Subsídio para o estudo antropológico dos Mucussos e Cuangares (Angola). I - Sobre a estatura e o índice esquelético”, *Sep. Estudos Ultramarinos*, v. 6 (1956). Disponível na Biblioteca Nacional de Portugal; S. Correia, “Os cuanhamas”; David, *Subsídios para o estudo da antropologia na Lunda: contribuição para o estudo dos indígenas da Lunda e Songo*; Hambly, *Anthropometry of the Ovimbundu*.

64 Mudimbe, *A ideia de África*, loc. 124.

gramática da diferença. Essa gramática, conforme Ann Laura Stoler e Frederick Cooper argumentam, se construiu “contínua e vigilantemente” como instrumento de legitimação do imperialismo, ao mesmo tempo em que, por outro lado, colonizados “reformulavam e contestavam reivindicações europeias à superioridade”. No âmbito do Estado Colonial português, a operação de classificar os corpos do ponto de vista étnico e/ou racial a partir das medidas corporais ecoa essa relação: em que pesem as ambiguidades e nuances das construções discursivas, ao serializar os corpos em categorias baseadas na alteridade, reforça-se uma “grade classificatória totalizante”, cujo efeito imediato, segundo Benedict Anderson, seria o caráter delimitador do outro, isto é, “poder dizer que tal coisa era isso e não aquilo, que fazia parte disso e não daquilo”.⁶⁵

Essa grade constituiria, para Anderson, a “urdidura do pensamento do Estado colonial”, configuração observável particularmente em sua forma tardia. Nessa “trama”, a serialização, “o pressuposto de que o mundo era feito de plurais reprodutíveis”, ocupava um lugar fundamental. Nesse sentido, o esforço de incluir métodos estatísticos no tratamento dos dados antropométricos, além refletir uma direção do domínio da antropometria que privilegiava a serialização, encontra no terreno colonial um ímpeto classificatório que se traduz na noção de que povos, regiões, línguas, religiões, objetos e monumentos poderiam ser delimitados, determinados e enumerados.⁶⁶

65 Frederick Cooper & Ann Laura Stoler, “Between Metropole and Colony. Rethinking a Research Agenda” in: Frederick Cooper e Ann Laura Stoler (orgs.), *Tensions of empire: Colonial Cultures in a Bourgeois World* (Berkeley: University of California Press, 1997), p. 4; Benedict Anderson, *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*, São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 253.

66 Blanckaert aponta que Broca considerou a utilização do método estatístico como um critério erudito aos estudos antropométricos, dado que supostamente garantiria um “tratamento quantitativo dos dados que visa à maior objetividade e que obriga às investigações sobre séries ditas suficientes”. Blanckaert, “Lógicas da antropotecnia”, p. 147; O tratamento estatístico fora ainda trabalhado no âmbito da Sociedade de Antropologia de Paris por Louis Alphonse-Bertillon e Jean-Christian-Marc Bodin. Blackaert, “L’anthropométrie”, p. 121; Boas destaca a produção de Alphonse Quételet como influência fundamental à teoria da estatística antropométrica. Franz Boas, “Remarks on the Theory of Anthropometry”, *Publications of the American Statistical Association*, v. 3, n. 24 (1893), p. 569, .

No entanto, a inclusão dos métodos estatísticos nos estudos em questão apresentou muitas limitações. Parte da razão para a recorrência de deficiências nesse sentido residia no nível de detalhamento das pesquisas, apresentadas muitas vezes sob a forma de introduções ou trabalhos preliminares. Com exceção de alguns trabalhos financiados pela Diamang ou produzidos no âmbito das missões antropológicas da JMGIC – que tenderam a dar um pouco mais de atenção aos desvios padrões e coeficientes de variação –, os métodos estatísticos utilizados muitas vezes negligenciavam elementos que indicassem variabilidades. Essa lacuna refletia uma tendência da produção da antropologia do período, cujos trabalhos, de acordo com Ricardo Ventura Santos, também em razão de limitações de natureza analítica, “reforçavam a noção de tipo”,⁶⁷ um arquétipo geral e estático que pretendia sintetizar os traços significativos dos agrupamentos humanos.

O uso da nomenclatura tipológica se constitui noutro lugar frequentemente acessado por essa produção. No trabalho de Sarmiento, é possível identificar a adoção da noção de “tipo” para se referir ao padrão predominante. Para os habitantes do Huambo, o autor concluiu que o “tipo predominante do Huambo caracteriza-se por estatura sensivelmente acima da média geral da humanidade, macroesquélíco, ultra-dolicocéfaló e hiperplatirrínio”.⁶⁸ Em estudo comparativo que considerava quatro grupos (quiocos, nhembas, bacangalas, luchazes), o autor adotou a nomenclatura de “tipo médio” para designar as características em comum deduzidas a partir dos índices cefálicos.⁶⁹

Classificações similares também foram apresentadas por Silva Correia, médico, tenente-coronel e professor da Escola Médico-cirúrgica de Nova Goa, e Santos David, médico vinculado aos serviços de saúde da Diamang. Silva Correia conduziu um estudo com vinte e cinco soldados

67 Ricardo Ventura Santos, “Da morfologia às moléculas, de raça à população: trajetórias conceituais em antropologia física no século XX” in Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos (Orgs.), *Raça, ciência e sociedade* (Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996), p. 243.

68 Sarmiento, “Os Huambos”, p. 133.

69 Sarmiento, “Subsídios para o estudo do índice cefálico dos indígenas de Angola”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia. Vária*, v. 9 (1939), p. 199, .

cuanhamas durante sua estadia em Luanda no ano de 1930. Com formação em Antropologia na Escola de Antropologia de Paris e entusiasta de temas como a raça, “pureza” racial e a “vocação do império”, Silva Correia desenvolveu também estudos antropométricos com “eurafriicanos” ou “lusodescendentes” que tinham migrado para o sul de Angola, mais especificamente para a região do planalto da Huíla, e em Goa, com grupos denominados de “lusodescendentes”, “indígenas” e “eurasiáticos”.⁷⁰

Na década de 1950, Santos David colheu dados antropométricos de cem indivíduos do agrupamento classificado como “tribo Cacongá”. Se comparado com a amostra de Silva Correia, o estudo do médico da Diamang contou com um universo amostral significativamente maior. Os indivíduos elencados para o estudo representavam cerca de 0,5% da população classificada sob a nomenclatura de Cacongá, se considerado o recenseamento do ano de 1954. Apesar de baseados em amostras de extensões significativamente diferentes, os trabalhos compartilham um explícito alinhamento a noções de hierarquias raciais como instrumento analítico, reforçadas por um modo tipológico de classificação.⁷¹ Nesse sentido, Santos David recorreu às categorias de tipos médio e predominante, para designar, quantitativamente, as características fenotípicas determinantes de determinado grupo. Silva Correia, por sua vez, trabalhou com um padrão de nomeação que fixava o “tipo” seguido da nomenclatura atribuída ao agrupamento estudado: em seu caso, “tipo de cuanhamá”. Esse padrão sugeria que cada “pessoa que pertencesse a um ‘tipo’ se comportaria da mesma maneira, e teria os mesmos hábitos e costumes”.⁷²

70 Para uma discussão da relação de Germano Correia com o colonialismo científico, consultar: Cristiana Bastos, “Um luso-tropicalismo às avessas: colonialismo científico, aclimação e pureza racial em Germano Correia” in Maria Calafate Ribeiro e Ana Paula Ferreira (orgs.), *Fantasma e fantasias imperiais no imaginário português contemporâneo* (Porto: Campo das Letras, 2003). Acerca do trabalho do médico-militar entre os lusodescendentes do planalto da Huíla, em Angola, consultar: Cristiana Bastos, “Migrants, Settlers and Colonists: The Biopolitics of Displaced Bodies”, *International Migration*, v. 46, n. 5 (2008), pp. 2754, [↗](#).

71 David, *Subsídios para o estudo da antropologia na Lunda: contribuição para o estudo dos indígenas da Lunda e Songo*, p. 14; 64; S. Correia, “Os cuanhamas”, p. 996.

72 Matos, *The colours of the empire*, p. 136.

Tal modelo também aparece com frequência em outros trabalhos que retratam povos colonizados do império português, por vezes seguido do gênero do indivíduo descrito.⁷³

O “tipo cuanhama” aparece no trabalho de Silva Correia não apenas no vocabulário descritivo textual, mas no imagético. Por meio da fotografia, os corpos aparecem de frente e de perfil, reforçando o caráter classificatório a partir da imagem.⁷⁴ Associado às mensurações e quantificações corporais,⁷⁵ o emprego da linguagem fotográfica na prática antropométrica se relaciona, conforme autores como Patrícia Ferraz de Matos e Nuno Porto sinalizam em seus trabalhos, a uma busca pela objetividade: de acordo com seus praticantes, as imagens resultantes das fotografias pretendiam oferecer uma realidade “não distorcida” e acabavam por fornecer uma “elaboração” daquela realidade.⁷⁶

A suposta objetividade dos números obtidos por meio das mensurações e imagens fotográficas visava a legitimidade científica. Essa legitimidade, no entanto, era atravessada pelas próprias relações de alteridade implicadas nas práticas de medir e fotografar o “Outro”. Nas instâncias de registro, de suporte analítico e representação dos tipos étnicos, esse direcionamento também foi recorrente no âmbito das missões antropológicas da Guiné, de São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola.⁷⁷

73 Patrícia Ferraz de Matos, “To See Is to Know? Anthropological Differentiations on Portuguese Colonial Photography Through the Work of Mendes Correia” in Filipa Lowndes Vicente e Afonso Dias Ramos (orgs.), *Photography in Portuguese Colonial Africa, 1860-1975* (London: Palgrave MacMillan, 2023), p. 177; Clara Carvalho, “O olhar colonial: fotografia e antropologia no Centro de Estudos da Guiné Portuguesa” in Clara Carvalho e João de Pina Cabral, (orgs.), *A persistência da história: Passado e contemporaneidade em África* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004), p. 136.

74 David, *Subsídios para o estudo da antropologia na Lunda: contribuição para o estudo dos indígenas da Lunda e Songo*, p. 64; S. Correia, “Os cuanhamas”, p. 996.

75 Fotografias dos “tipos” também foram utilizadas em outros contextos que não o da produção da antropologia física. A respeito de alguns desses usos, consultar: Nuno Porto, “Under the gaze of the ancestors: photographs and performance in colonial Angola” in Elisabeth Edwards e Janice Hart (orgs.), *Photographs, Objects, Histories* (London, New York: Routledge, 2004), pp. 113-131.

76 Matos, “To See Is to Know?”, pp. 187, 189; Porto, “Modos de objectificação”, p. 151.

77 Ana Cristina Martins, “Fotografias da Missão Antropológica e Etnológica da Guiné (1946-1947): entre a forma e o conteúdo” in Filipa Lowndes Vicente (org.), *O Império*

A abordagem do tipo como essencial à gramática antropométrica, no entanto, não se limitou aos trabalhos conduzidos por investigadores portugueses. O etnólogo britânico Wilfrid Hambly, por exemplo, também adotou a linguagem tipológica em seus trabalhos resultantes da experiência de campo desenvolvida entre indígenas do interior da província. Alusões aos “tipos” *ovimbundu* aparecem tanto em sua monografia etnográfica, publicada em 1934, quanto em seu trabalho dedicado ao estudo antropométrico da etnia, de 1938.⁷⁸ A recorrência a esse vocabulário pode ser observada, principalmente, em seu uso da noção de “tipos somáticos”, para demarcar caracteres e padrões distintivos das “tribos”, e na ideia do pertencimento dos grupos estudados ao “tipo Negro”. A linguagem fotográfica também foi incorporada ao estudo, assumindo, no contexto, uma posição reforçadora do repertório tipológico.

Para compor o arcabouço imagético dos trabalhos, o etnólogo produziu fotografias de perfil, frontais e das costas de africanos do planalto central de Angola. Essas representações apresentaram tipos físicos de *ovimbundu* do sexo masculino, não-nomeados, referenciados apenas por números. O repertório de imagens dos corpos africanos incorporado em *Anthropometry of the Ovimbundu* ainda foi composto por três conjuntos fotográficos que mostram homens e jovens sorrindo. Essas fotografias receberam descrições de “deformações dentárias”, atribuição que reforça, no texto, o tropo discursivo do africano como representativo do “diferente”, do “desvio”. O conjunto de imagens ilustraram as descrições e classificações de Hambly, mas suas funções no trabalho não estiveram restritas à essa dimensão. A linguagem imagética – e, em particular, a fotografia – foi lida como evidência da constituição físico-biológica e étnica dos *ovimbundu*.⁷⁹

da Visão: *Fotografia no contexto colonial (1860-1960)* (Lisboa: Edições 70, 2014); Lorena Christina Barros Travassos, “Missões Antropológicas de São Tomé (1954) e Angola (1955): caminhos para a descolonização da fotografia colonial”, *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, v. 34, n. 72 (2021), pp. 81-106, ; Ana Cristina Roque e Livia Ferrão, “Documentação da missão antropológica de Moçambique relatório da 5ª campanha (1948)”, *Povos e Culturas*, n. 16 (2012), pp. 221-328, .

78 Hambly, *Anthropometry of the Ovimbundu*.

79 Hambly, *Anthropometry of the Ovimbundu*, pp. 40, 54, 61, 63, plates I-XXX.

Em diferentes níveis, o conjunto de estudos que mobilizaram mensurações de corpos “indígenas” recorreram ao vocabulário da tipologia oitocentista, segundo o qual “tipos” predominantes, médios ou representativos são apresentados como arquétipos ideais de raças e grupos étnicos. A adoção da tipologia na antropologia física revisita uma visão proveniente do naturalismo, que emergiu da classificação de plantas e animais em homólogos morfológicos. A prática foi consolidada no século XVIII, a partir da taxonomia de Carl Linnaeus, sintetizada em seu “*Systema Naturae*”. No século XIX, essa visão tipológica ganhou espaço significativo no campo da antropologia. Os discursos que a acessavam frequentemente associavam o tipo como “um indivíduo ideal que possuísse todas as características importantes da raça”.⁸⁰

As raízes taxonômicas do “tipo” biológico (ou físico) implicavam uma noção de estaticidade ao instrumento conceitual. No entanto, houve certa variação nas maneiras pelas quais os pesquisadores leram os contornos dessa definição: alguns restringiram o alcance apenas à caracterização física, outros extrapolaram as conclusões baseadas no vocabulário tipológico para o domínio das capacidades intelectuais e morais.⁸¹

Na esfera dos estudos de antropologia física conduzidos na Angola colonial, apesar das particularidades de cada investigação e de suas condições específicas de produção, a inclinação pela busca de tipos representativos das populações locais conferiu certa fixidez aos discursos produzidos. Nos limites do império português da primeira metade do século XX, a recorrência desse modo tipológico de classificar e de representar as populações

80 Harry L. Shapiro, “The History and Development of Physical Anthropology”, *American Anthropologist*, v. 61, n. 3 (1959), p. 372, [↗](#).

81 A respeito dessas apropriações, Herbert H. Odom, “Generalizations on Race in Nineteenth-century Physical Anthropology”, *Isis*, v. 58, n. 1 (1967), p. 9, [↗](#); Joseph Deniker e Charles Seligman, referências acessadas pelos investigadores discutidos nesse trabalho, possuíam interpretações que diferiam nesse aspecto. Enquanto Deniker, trabalhando com a ideia de tipos raciais, afirmava que raça era uma categoria de diferenciação de características físicas, Seligman compreendia a tipologia racial como uma possibilidade de leitura das características intelectuais dos grupos humanos. Joseph Deniker, “Essai d’une classification des races humaines, basée uniquement sur les caractères physiques”, *Bulletins et Mémoires de la Société d’Anthropologie de Paris*, v. 12, n. 1 (1889), pp. 320-336, [↗](#); Charles Seligman, *Races of Africa*, London: University Library of Modern Knowledge, 1930.

colonizadas na antropologia física persistia num contexto em que a soberania portuguesa buscava se impor nas colônias. No vocabulário da expansão do projeto do “colonialismo científico”,⁸² os tipos se traduziam em categorias ideais para o ímpeto classificatório, alimentando uma fixidez que funciona, de acordo com Homi Bhabha, “como signo da diferença cultural/histórica/racial no discurso do colonialismo”.⁸³

Em adição ao enquadramento dos corpos na fixidez classificatória dos tipos, a produção bibliográfica também refletia a persistência de outra construção discursiva recorrente da biblioteca colonial: a presunção do caráter primitivo dos agrupamentos estudados, fundamento que orientava, de acordo com Mudimbe, os gêneros complementares que inventaram a África primitiva, a saber: “o texto exótico sobre selvagens, representado pelos relatos de viajantes; as interpretações filosóficas sobre uma hierarquia de civilizações; e a pesquisa antropológica do primitivismo”.⁸⁴

Tal dimensão aparece principalmente nas construções das categorias raciais e étnicas dos povos estudados. Nesse sentido, por exemplo, Santos David e Hambly buscaram sintetizar, com os dados disponíveis, modelos que posicionassem os indígenas num quadro raciológico geral, cuja principal referência consistia na interpretação raciológica de Charles Gabriel Seligman. De acordo com essa classificação, os povos africanos estariam divididos em “verdadeiros negros”, “hotentotes”, “bosquímanos”, “bantos” e “hamitas”, grupos que teriam vínculos distintos com a noção de “primitivo”.⁸⁵

82 É preciso ponderar que as visões de um colonialismo científico do império português abarcavam perspectivas que apresentavam tensões, divergências e convergências entre si. Conforme Cláudia Castelo sintetiza, “a relação entre poder político e investigação científica em contexto colonial nunca foi linear e unilateral, impondo uma abordagem multifacetada que faça jus à complexidade do problema”. Cláudia Castelo, “Ciência, Estado e Desenvolvimento no Colonialismo Português Tardio” in Miguel Bandeira Jerónimo (org.), *O império colonial em questão (Sécs. XIX-XX): Poderes, saberes e instituições* (Lisboa: Edições 70, 2013), p. 354.

83 Homi K. Bhabha, *O local da cultura*, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998, p. 105.

84 Valentin Y. Mudimbe, *A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*, Lisboa: Edições Pedagogo, 2013, p. 95.

85 David, *Antropometria da tribo Cacongá*, p. 87; Hambly, *The Ovimbundu of Angola*; Seligman, *Races of Africa*.

Para Silva Correia, no entanto, a caracterização física dos cuanhamas, seu objeto de estudo, ultrapassou a inscrição do agrupamento em categorias étnicas e raciais. O autor estabeleceu uma relação explícita entre os caracteres físicos e traços morais e comportamentais. Em texto publicado sobre o estudo antropométrico e testes físicos, o médico afirma que os cuanhamas eram “indivíduos fortes, ágeis e resistentes, qualidades que, aliadas à inteligência, de que são também dotados, fazem deles um povo destemido, aguerrido”.⁸⁶

Ainda na esteira da conexão entre caracterizações físicas e traços comportamentais, é possível identificar um outro elemento constituinte dessa produção: a busca pela codificação da “robustez”. A partir da observação e mensuração de caracteres físicos e de testes de força realizados por meio do dinamômetro, Silva Correia chegou a uma conclusão que atribui ao povo cuanhama características inerentes como força, robustez, agilidade e resistência. Para essa dimensão da análise, o autor baseou sua categorização principalmente nas medidas de altura e do tronco dos sujeitos examinados:

A estatura dos Cuanhamas indica serem eles pretos de estatura superior à mediana, podendo ser perfeitamente considerados como altos. Os seus índices crural e crucial denunciam que seus membros inferiores são um pouco mais compridos que o tronco, o qual também, por sua vez, como vimos atrás, é sólido e robusto; e que os membros superiores, conquanto menos desenvolvidos do que nas etnias africanas inferiores, não fazem exceção à regra geral, dando lugar a que a grande envergadura, seja superior à estatura em mais de 7 a 8 centímetros [...] O seu tronco é sólido e robusto. E seu corpo no todo é musculoso, bem proporcionado, adentro da estética própria, e denunciador de força, agilidade e resistência.⁸⁷

Silva Correia considerou a avaliação da força física e da capacidade muscular como um aspecto essencial à pesquisa antropológica nas colônias. Em sua apresentação no 3º Congresso Colonial Nacional, realizado em 1930, o autor argumentou que a antropologia era uma alternativa para sanar

86 S. Correia, “Os cuanhamas”, p. 1009.

87 S. Correia, “Os cuanhamas”, p. 1009.

“a ignorância da capacidade produtiva e das qualidades profissionais dos grupos ráriscos mais conhecidos que povoam o nosso império ultramarino”. Partindo desse pressuposto, incluiu no rol de orientações sugeridas uma “antropometria seletiva”, prática que fosse capaz de apurar as tendências profissionais e as qualidades biodinâmicas caracterizadoras” dos agrupamentos humanos.⁸⁸

O autor defendia que práticas desta natureza poderiam fornecer uma melhoria na eficiência do recrutamento laboral, aspecto que, segundo sua visão, tinha sido frequentemente comprometido pelas condições dos deslocamentos de trabalhadores e falta de conhecimento de suas aptidões funcionais:

São o trabalho e a fadiga repetida em meios climáticos de natureza diferente da que caracteriza o ambiente mesológico de proveniência dos expatriados. Este fato é uma das piores consequências dum recrutamento malfeito, ou empírico, da mão de obra para os trabalhos agrícolas e industriais fora das localidades, donde são naturais os trabalhadores engajados para este fim. Assim por exemplo veem-se os pretos dos planaltos angolenses levados para o labor nas roças tórridas e úmidas de S. Tomé, ou nas fazendas ou fábricas açucareiras do litoral e do interior equatorial da província de Angola. [...] A acrescer a este, outro fator perturbador do funcionamento orgânico surge mais um agente, que vem aumentar, consideravelmente, o equilíbrio fisiológico, já de si muito instável e precário. E a falta do apuramento das aptidões funcionais, de que resultam verdadeiros fiascos econômicos e não menores desastres relativos à laboriosidade e à saúde dos que trabalham nessas condições, deslocados sob todos os pontos de vista.⁸⁹

Como solução à questão, propunha uma antropologia aplicada, uma prática científica que, por meio das observações e mensurações, pudesse codificar índices e coeficientes de robustez e, assim, determinar o “grau de desenvolvimento físico” das populações. Os resultados, junto a mensurações ergográficas e reflexo-motoras, contribuiriam para uma seleção funcional da mão-de-obra indígena.⁹⁰

88 S. Correia, “A necessidade do estudo antropológico das populações coloniais”, pp. 1004-1007.

89 S. Correia, “A necessidade do estudo antropológico”, p. 1019.

90 S. Correia, “A necessidade do estudo antropológico”, p. 1023.

Dados colhidos na campanha de 1952 da Missão Antropobiológica de Angola,⁹¹ liderada por António de Almeida, também foram apresentados como reforçadores da defesa dos benefícios da avaliação antropométrica para o recrutamento laboral indígena. Em trabalho resultante das mensurações e observações realizadas entre mucussos e cuangares, Maria Emília de Castro e Almeida afirmou que a pesquisa desenvolvida buscava tanto a delimitação dos grupos étnicos a partir de suas características físico-biológicas quanto a avaliação da robustez dos povos de Angola:

A análise dos caracteres, índice esquelético, cefálico e nasal revelam diferenças altamente significantes, ou, pelo menos, susceptíveis de dúvida, de modo que os resultados obtidos parecem pesar mais no sentido de Mucussos e Cuangares serem amostras de diferentes populações. Porém, o índice de Pignet, que também foi examinado por nós (com o duplo fim do estabelecimento de diferenças e semelhanças étnicas e da avaliação da robustez dos dois povos com vista à sua aplicação na economia de Angola), e os seus elementos formativos – estatura, peso e perímetro torácico – orientavam-se para a existência de parecências, ainda que por vezes duvidosas, entre as gentes em questão.⁹²

Na esfera das missões antropobiológicas lideradas por António de Almeida em Angola, o índice de Pignet foi considerado, de maneira complementar a outros marcadores, como fundamento de análises e comparações da robustez e corpulência dos grupos estudados. Como é possível notar no texto da investigadora Castro e Almeida, havia uma intenção de utilizar essas análises como instrumento de saber aplicado à economia de Angola, reforçando a ideia do aproveitamento científico da mão-de-obra indígena.

A fim de avaliar a robustez dos grupos estudados, Castro e Almeida empregou o índice de Pignet, um coeficiente calculado por meio da subtração do “valor da altura, medida em centímetros, o peso total calculado em

91 A Missão Antropobiológica de Angola realizou campanhas nos anos de 1950, 1952 e 1955.

92 Maria Emília de Castro e Almeida, “Subsídio para o estudo antropológico de Mucussos e Cuangares (Angola)” in António Augusto Mendes Correia *et al* (orgs.), *Estudos sobre antropologia física do ultramar português* (Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1959), p. 141. Disponível no Portal das Memórias de África e do Oriente, [\[2\]](#).

quilogramas e a circunferência torácica calculada em centímetros”.⁹³ Na altura das campanhas da missão antropológica, a aplicação do coeficiente como critério de recrutamento de trabalhadores e soldados já tinha sido implantada no âmbito da atuação da Diamang.⁹⁴

A busca pela “robustez” também foi um componente do trabalho do médico Santos David. Com base na comparação dos dados e índices antropométricos dos “indígenas da Lunda e Songo”, o autor alegou que os songos seriam mais robustos. David teria chegado à essa conclusão por meio da aferição da estatura, dos índices cefálico e nasal, do perímetro torácico, dentre outras mensurações auxiliares. Em sua síntese comparativa das características distintas dos dois agrupamentos, afirmou que os songos são pois amplamente diferenciáveis das tribos da Lunda: mais robustos, de maior estatura, dolicocefalos e fracamente euriprosopos”, enquanto “os habitantes da Lunda são menos robustos, mais baixos, mesocéfalos e euriprosopos”.⁹⁵

Sarmento também considerou o elemento da robustez em suas investigações. Com relação a esse aspecto, o autor compartilhava com Mendes Correia uma visão de uma antropologia aplicada, que poderia oferecer subsídios às práticas desenvolvidas no terreno colonial. Como solução à questão do “trabalho indígena”, ambos investigadores consideravam ainda a medição da força muscular como um instrumento potencialmente útil à economia colonial:

É evidente – como escreveu o Prof. Mendes Correia – o interesse que tem, não apenas no ponto de vista científico mas também sob o aspecto

93 Pierre Millous, “Le coefficient de robustesse ou indice Pignet chez les noirs de la côte occidentale d’Afrique”, *Journal de la Société des Africanistes*, v. 3, n. 1 (1933), p. 57, [↗](#).

94 O índice de Pignet foi utilizado como critério de recrutamento no Congo Belga, em colônias francesas, na África do Sul e na área de atuação da Diamang. Para discussões a respeito do tema, consultar: Millous, “Le coefficient de robustesse ou indice Pignet chez les Noirs de la cote occidentale d’Afrique”, p. 60; Jorge Varanda e Todd Cleveland, “(Un)healthy Relationships: African Labourers, Profits and Health Services in Angola’s Colonial-Era Diamond Mines, 1917–75”, *Medical History*, v. 58, n. 1 (2014), p. 94, [↗](#); Philip Havik, “Reconsidering Indigenous Health, Medical Services and Colonial Rule in Portuguese West Africa” in Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto e Instituto de Investigação Científica Tropical (orgs.), *O colonialismo português. Novos rumos da historiografia dos PALOP* (Porto: Edições Humus, 2013), p. 236.

95 David, *Subsidios para o estudo da antropologia na Lunda: contribuição para o estudo dos indígenas da Lunda e Songo*, p. 267.

prático da utilização do indígena como fator econômico, a apreciação mais ou menos rigorosa da força muscular nas populações das nossas províncias ultramarinas. Segundo o mesmo antropologista, algumas pessoas empunham destra e decididamente o dinamômetro e obtêm valores mais altos que outras, aliás de maior força muscular, que tornam inábil e timidamente o dinamômetro nas suas mãos. No entanto, como refere ainda o ilustre cientista, embora com estas reservas e considerando que o dinamômetro não traduz apenas força física mas também, de certo modo, energias morais, resolvi fazer o estudo dinamométrico em indígenas masculinos e adultos de vários grupos étnicos de Angola.⁹⁶

Em seus ensaios com o dinamômetro, Sarmiento aferiu a força muscular de três agrupamentos classificados a partir do local de proveniência, construindo uma amostra composta por dados de cento e quarenta e seis indivíduos do Huambo, cem do Sambo e cento e sete do Bailundo. Dentre suas conclusões, o médico assinalou que “pelos valores que apresentamos é a tribo dos Huambos a que se situa em primeiro lugar na força muscular, vindo depois os Bailundos e, por último, os Sambos”. Essa afirmação foi comparada a resultados de outros estudos realizados com diversas populações de continentes distintos, colonizadas e não colonizadas. Dentre as amostras referenciadas, Sarmiento salientou que suas séries eram “das mais numerosas”. Essa postura sugere que o autor tencionava posicionar seu ensaio num lugar de credibilidade científica. No quadro comparativo apresentado, os brancos (europeus e norte-americanos) apresentavam coeficientes maiores do que de outras populações. Nesse sentido, a seleção de Sarmiento replicava o argumento de Mendes Correia que afirmava que os indígenas possuíam menos força do que europeus e norte-americanos.⁹⁷

Se, por um lado, o estudo de Sarmiento destacava o potencial dos Huambos com relação à força muscular de outros grupos, reforçava também

96 Sarmiento, “Os Huambos”, p. 139.

97 Sarmiento, “Os Huambos”, pp. 140-141; O trabalho de Mendes Correia que contém esse argumento acessado por Sarmiento foi apresentado numa comunicação no ano de 1942 e publicado posteriormente. António Augusto Mendes Correia, “Dinamometria nos indígenas das colónias portuguesas” in *Separata de Publicações do Congresso Luso-Espanhol do Porto* (Porto: Imprensa Portuguesa, 1944). Disponível na Biblioteca Nacional de Portugal.

uma dimensão discursiva que sugeria uma inferioridade das populações “indígenas” com relação aos agrupamentos europeus e norte-americanos.

Repetindo tais concepções essencializadas, o discurso em torno da “robustez” também ganhou projeção nos círculos intelectuais na metrópole. Nesse sentido, é interessante notar que, no Congresso Nacional de Ciências da População, realizado no Porto em 1940, um dos pontos do programa voltado às colônias se ocupou justamente da “robustez física, condições fisiológicas e vitalidade”.⁹⁸

O tema fez parte da apresentação de António de Almeida no I Congresso Nacional de Ciências Naturais, realizado em Lisboa, em 1941. A atenção à questão circulou também por outras colônias do império português. Nas missões antropológicas de Moçambique, por exemplo, o índice de robustez também foi incluído nos estudos.⁹⁹ A respeito, Pereira afirma que a vertente da Antropologia Física da Escola do Porto, “com as suas mensurações e quantificações, os seus índices de robustez e restante parafernália de indicadores antropométricos visava dar cobertura científica à exploração mais primitiva da força de trabalho “indígena””.¹⁰⁰

No âmbito da Diamang, os índices corporais foram levados em consideração na condução de testes clínicos e triagem de trabalhadores que seriam enviados às minas, exceto quando havia uma grande escassez de mão-de-obra.¹⁰¹ Apesar disso, a implementação dos índices no recrutamento não apresentou uma trajetória homogênea, tendo sido contestada por oficiais dos serviços de saúde em algumas ocasiões. Como argumentam Cleveland e Varanda, na altura dos anos 1950, os procedimentos de exames nos postos médicos – que incluíam a aferição do índice de Pignet – eram

98 “Congresso do Mundo Português (Pré-história e Proto-história)”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, v. 9, n. Fascículo 3 (1940), p. 110, .

99 Almeida, “Índice de robustez dos Maungos e Luangos (Dembos, Angola)”; Pereira, “Conhecer para dominar”, p. 282; Travassos, “Missões Antropológicas de São Tomé (1954) e Angola (1955)”, p. 88.

100 Pereira, “Conhecer para dominar”, p. 272.

101 Todd Cleveland, *Stones of Contention: A History of Africa's Diamonds*, Athens: Ohio University Press, 2014, p. 120.

regularmente negligenciados, permitindo o recrutamento de indivíduos fora do padrão físico estabelecido pela companhia.¹⁰²

O vínculo entre a antropometria e a busca pela otimização laboral indígena revela um olhar utilitarista da antropologia colonial portuguesa, onde o corpo africano era concebido a partir de sua “utilidade” ao trabalho na economia colonial.¹⁰³ Os discursos que viam a antropometria como um instrumento à “eficiência” da exploração da mão-de-obra indígena, principalmente nas minas de extração de diamantes, nas companhias agrícolas e nas obras estatais, reverberavam o lugar subalterno reservado ao indígena no pensamento colonial que buscava a inserção dos africanos no capitalismo. Essa incorporação foi marcada, como Frederick Cooper sugere, pela “propensão dos sistemas coloniais de trabalho para tratar todos os trabalhadores africanos como inferiores a um verdadeiro trabalhador, enquanto unidade de força de trabalho extraída temporariamente de um contexto ‘tradicional’”.¹⁰⁴

Um paralelo entre o emprego das práticas antropométricas, ensaios de força muscular e um “aproveitamento científico” da mão de obra indígena das colônias pode ser traçado a partir das observações e análises desses estudos. Leituras que enfatizam essas conexões foram sugeridas por Rui Pereira e Sílvio Correa, ambos baseados em análises das missões antropológicas de Moçambique.¹⁰⁵

Contudo, esse não foi o único papel exercido por esses estudos no arcabouço discursivo colonial. Conforme Mariana Gomes da Costa sublinha, a produção da antropobiologia não se restringia à aferição da capacidade do trabalho indígena como instrumento da agenda da economia colonial, mas também seria importante para a agenda ideológica, ao adotar como tarefa

102 Varanda e Cleveland, “(Un)healthy Relationships”, p. 95.

103 No âmbito dessa conexão, Mário Moutinho chama atenção para a natureza utilitarista da antropologia colonial portuguesa, e em especial a desenvolvida nos marcos do Estado Novo. Mário Moutinho, *Introdução à Etnologia*, Lisboa: Editorial Estampa, 1980, pp. 51, 80.

104 Frederick Cooper, *Histórias de África. Capitalismo, modernidade e globalização*, Lisboa: Edições 70, 2016, p. 290.

105 Pereira, “Raça, sangue e robustez”, p. 220; Sílvio Marcus de Souza Correa, “Fotografias de uma anomalia. Alteridade e os limites da comunicação intercultural em situação colonial”, *Vista*, n. 7 (2021), pp. 3, 9, 22.

“provar a inferioridade cultural do negro a partir da avaliação dos seus caracteres físicos e psicológicos, legitimando a colonização”.¹⁰⁶ Assim, a presunção de uma “inferioridade” a corpos racializados e colonizados também encontrou no discurso da antropologia física um espaço de constituição.

É preciso considerar ainda que a “robustez” não se traduziu num índice físico exclusivamente atribuído às populações indígenas do império. Em Portugal, a noção de “robustez” foi incluída no rol de preocupações da antropologia física que tinha como objeto as populações da metrópole. No entanto, essa noção esteve vinculada ao repertório da antropologia criminal,¹⁰⁷ que associava padrões físicos e “anomalias biológicas das raças” a inclinações à criminalidade.¹⁰⁸ Esteve também ligada à esfera militar, como um indicativo de “aptidão bio-social” de recrutas, tema que também foi acessado por debates em torno da raça e eugenia em Portugal.¹⁰⁹ Em ambos os casos, a “estatística do corpo” esteve ligada a visões ligadas a um “determinismo dos caracteres biológicos e à possibilidade de degenerescência”.¹¹⁰

Uma exceção a essas relações diretas com a atenção em torno da robustez nas esferas militar e criminal pode ser encontrada na tese, defendida na universidade de Coimbra em 1936, do médico António Almiro do Vale. No trabalho, que discute a robustez de crianças em contextos rurais no concelho de Tondela, o médico, a partir de seus resultados e comparações, defende uma “política eugênica, a única que, juntamente com o fomento inadiável de instituições sociais de assistência, impeça o

106 Mariana Gomes Costa, “A degenerescência na fotografia da antropobiologia colonial portuguesa”, *Revista de Comunicação e Linguagens*, n. 57 (2022), p. 240, [↗](#).

107 Por exemplo, em Luis de Pina, “Os índices de robustez dos portugueses do Norte”, *Centro de Estudos Demográficos, Revista 2*, (1945); Alberto Xavier da Cunha, “História e desenvolvimento da antropologia física em Portugal no século XX” in *Publicações do II Centenário da Academia de Ciências de Lisboa* (Lisboa: Academia das Ciências, 1992), p. 1348.

108 Sobre essa associação, ver Madureira, “A estatística do corpo”.

109 A respeito, consultar Patrícia Ferraz de Matos, “Aperfeiçoar a ‘raça’, salvar a nação: eugenia, teorias nacionalistas e situação colonial em Portugal”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, v. 50 (2010), p. 94, [↗](#).

110 Tais termos aparecem no trabalho de Nuno Luís Madureira, que discute a antropometria como estatística do corpo e sua relação com os estigmas de criminalidade e marginalidade. Madureira, “A estatística do corpo”, p. 301.

descalabro da vitalidade e força portuguesa”. Para justificar o argumento, recorre à noção de “vocação imperial” do povo português, que, segundo sua visão, “durante séculos, se impôs ao mundo pelo lugar de destaque e preponderância que de direito conquistou em relação a outros, na descoberta e civilização do mundo”.¹¹¹

Na metrópole, os discursos que consideraram a robustez estiveram ligados a preocupações em torno das anomalias, degenerescência, aptidão bio-social ou mesmo à afirmação da “superioridade” do povo português. Nas colônias, o índice mobilizou discussões fundamentadas na presunção de uma alteridade delimitada por aspectos raciais e étnicos. Nesse sentido, o paradigma da diferença norteou leituras do corpo indígena que conectavam o discurso da “robustez” à visão do indígena como trabalhador braçal, que poderia, caso categorizado do ponto de vista físico-biológico, melhor integrar a força de trabalho da economia colonial por meio de uma seleção funcional. Em regiões com grande potencial de mão-de-obra, o interesse em levantar os dados antropométricos dos sujeitos locais – e, sobretudo, da população masculina – certamente foi também atravessado pelas demandas laborais da economia colonial. É o caso de regiões como o planalto central de Angola, em razão de sua alta densidade demográfica, e da Lunda, devido à sua inscrição na zona de atuação da Diamang.

Embora não seja possível avaliar com precisão o impacto desses índices e avaliações físicas no recrutamento de trabalhadores, a circulação do vocabulário de impressões e interpretações em torno da força, estatura, proporcionalidade e perímetro torácico nesses estudos indica que, no mínimo, o domínio da antropometria alimentou um interesse no mapeamento dos corpos indígenas que estariam “aptos” ao trabalho. Nesse repertório discursivo, a capacidade laboral aparece majoritariamente equacionada – implícita ou explicitamente –, ao trabalho braçal, cujo lugar na economia colonial foi traduzido frequentemente em longas jornadas, baixas remunerações e condições comumente precárias.

111 António Almiro do Vale, *A robustez da criança rural em idade escolar*, Coimbra: Coimbra Editora, 1936, p. 228.

Como solução à questão do trabalho indígena, a antropometria praticada na Angola colonial foi enquadrada como um instrumento que contribuiria com uma eficiência na gestão e no controle da mão-de-obra. Ainda que esses dados não tenham sido, como seus defensores imaginavam, empregados num sistema funcional de recrutamento amplo, seus processos de produção e a circulação dos textos e imagens resultantes se vinculam a uma dimensão fundamental do pensamento colonial: a ideia da necessidade de “conhecer” cientificamente o indígena para utilizá-lo na obra de fomento do colonialismo.

Ancorados num repertório de referências que comungava da busca por padrões, arquétipos e categorias classificatórias, os trabalhos baseados na antropometria buscaram inquirir a questão indígena a partir de seus corpos. Até aqui, discutimos as linhas de força da atenção antropológica que se voltou à elaboração de discursos em torno dos corpos africanos a partir de mensurações corporais. Contudo, outra dimensão também se coloca imprescindível à análise: as condições de produção das pesquisas, exames e ensaios antropométricos em terreno colonial.

Práticas antropométricas no terreno colonial

As pesquisas no campo da antropologia física que se voltaram às populações indígenas de Angola foram conduzidas majoritariamente no interior da província. Em grande parte desses territórios, a presença administrativa colonial era relativamente recente, dado que grande parte das campanhas militares de ocupação de áreas além da costa tinham sido concluídas nos anos iniciais do século XX.¹¹² Dos trabalhos analisados, apenas o de

112 A respeito do contexto das campanhas militares e da reconfiguração do planalto central no início do século XX, consultar: Jill Dias, “Novas identidades africanas em Angola no contexto do comércio atlântico” in Cristiana Bastos, Miguel Vale de Almeida e Bela Feldman-Bianco. *Trânsitos coloniais. Diálogos críticos luso-brasileiros* (Campinas: Editora da Unicamp, 2007), pp. 315-343; Linda M. Heywood, *Contested Power in Angola, 1840s to the Present*, Rochester: University of Rochester

Silva Correia foi realizado em Luanda. Seus objetos de estudo, no entanto, foram indivíduos originários do sul de Angola.

O processo do avanço colonial viabilizou expedições e investigações científicas nas mais diversas áreas. A conexão entre atores coloniais e os cientistas se traduziram em colaborações explícitas, assim como também em contribuições indiretas, que se valeram de estruturas e instituições da economia colonial. As missões antropológicas, os estudos financiados pela JMGIC e as pesquisas subsidiadas e desenvolvidas nos limites da Diamang são exemplos de pesquisas cujas redes de relações estiveram intrinsecamente ligadas a agentes e forças coloniais, reunindo entidades e agentes estatais e privados.

Todavia, mesmo em casos em que a relação entre o poder colonial português e o pesquisador não residia em vínculos facilmente presumidos, como no caso do estudo desenvolvido por Hambly, as relações com atores coloniais ocuparam um lugar fundamental na viabilização das experiências de campo. Na expedição de Hambly, a fase da coleta de dados antropométricos, assim como suas outras abordagens de pesquisa, teve autorização da administração portuguesa, obtida por meio do consulado norte-americano. O etnólogo recebeu uma carta de introdução do governador geral da província, documento que o auxiliou a transitar pelo interior. Além da colaboração de oficiais portugueses, sua estadia em Angola também contou com o apoio logístico dos missionários congregacionais que atuavam no planalto central à época.¹¹³

O suporte oferecido por intermediários portugueses e missionários não foi suficiente para o pesquisador conseguir todos os dados e registros inicialmente planejados. Quanto a esse aspecto, Hambly comentou as razões do insucesso da tarefa e ponderou que, apesar disso, os dados colhidos se mostraram valiosos: “Ao fim do período expedicionário, um esforço foi feito para medir uma amostra de 100 Ovimbundu, em Elende. [...] Infelizmente, esse objetivo não pôde ser alcançado no tempo disponível, mas os dados

Press, 2000; René Pélissier, *História das campanhas de Angola: resistência e revoltas, 1845-1941*, Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

113 Hambly, *The Ovimbundu of Angola*, p. 103.

registrados para os 53 homens adultos são valiosos, devido à grande escassez de informações”.¹¹⁴

O que geralmente se oblitera das justificativas relativas às dimensões das amostras coletadas é que suas amplitudes dependiam não apenas do tempo disponível e intenções dos investigadores, mas também das condições de participação dos sujeitos que teriam suas medidas coletadas e registradas.

De maneira similar à Hambly, Silva Correia esperava trabalhar com um universo amostral maior, porém apenas conseguiu registrar as medidas de vinte e cinco militares aquartelados em Luanda. As mensurações e testes foram realizadas no Gabinete Antropológico do Instituto de Investigações Científicas, em soldados e cabos da Guarda Fiscal, do Corpo de Polícia e da 1ª Companhia Indígena de Infantaria, sujeitos que ocupavam posições de subordinação na hierarquia militar. Suas participações nos ensaios ocorreram nos dias em que tinham sido dispensados por seus superiores, precisamente com o objetivo de estarem disponíveis para os exames. A disponibilidade dos africanos às mensurações, portanto, esteve diretamente conectada às suas posições enquanto militares indígenas. Um caso similar pode ser observado no trabalho do militar Américo Pires de Lima, que realizou estudos antropométricos com indígenas de Moçambique em situação de recrutamento: soldados e carregadores a serviço das tropas expedicionárias portuguesas no contexto da primeira guerra mundial. A análise de tal estudo desenvolvida por Martins aponta uma conexão com projetos de antropologia militar desenvolvidos com recrutas do exército português.¹¹⁵

As posições de subordinação na hierarquia militar dos soldados cuanhamas não foram suficientes para que colaborassem com os exames da maneira idealizada por Silva Correia. Ao comentar a respeito dos ensaios de força muscular realizados por meio do dinamômetro, o investigador apresentou reservas quanto à precisão do método e com relação à eficiência do instrumento utilizado para medir a força muscular. Além disso, relatou que teria tido dificuldades na coleta dos dados:

114 Hambly, *Anthropometry of the Ovimbundu*, p. 27. Tradução própria.

115 Martins, “Ossos do ofício”.

era difícilimo obter dos homens examinados o seu máximo de esforço, e, às vezes, nem mesmo aproximado, porque, apesar das minhas claras e repetidas recomendações, sobre os fins e *modus faciendi* dessa operação, não houve maneira deles produzirem as máximas contrações musculares que seriam capazes de executar.¹¹⁶

Em outro momento do texto, o médico reforçou as “dificuldades” dos sujeitos examinados de seguirem as instruções por completo. Com relação ao registro dos números relacionados às mensurações dos diâmetros e circunferências relativos ao tronco, por exemplo, Silva Correia afirma que as cifras obtidas “não são a rigorosa expressão da verdade, pois, estamos convencidos que, por mais que se explicasse aos indivíduos observados, estes não respiravam naturalmente, achando-se contrafeitos, do que resultavam inspirações incompletas”.¹¹⁷

As reações dos sujeitos às práticas de mensuração foram apresentadas pelo investigador como um fator que diminuiria a precisão da coleta de dados, uma “dificuldade” para a condução do estudo. Essa leitura não leva em conta, no entanto, que a natureza do ensaio não era necessariamente voluntária: os soldados foram ao Gabinete Antropológico em razão de ordens de seus superiores. Ao longo dos testes, inclusive, se mostraram “contrafeitos”. A compreensão de seus comportamentos, portanto, não pode obliterar a natureza compulsória dos exames e ensaios.

Nos estudos promovidos no âmbito da Diamang, muitas das condições materiais das pesquisas estavam atreladas ao funcionamento da companhia. Os trabalhos desenvolvidos por José Henrique dos Santos David se beneficiaram de sua posição enquanto médico da empresa, a partir do suporte das estruturas de atenção biomédica da própria companhia. Sua atuação nos cuidados biomédicos – e, depois de 1957, enquanto médico-chefe na direção dos serviços de saúde da Diamang – o permitiu um acesso às populações

116 S. Correia, “Os cuanhamas”, p. 1001.

117 S. Correia, “Os cuanhamas”, p. 1009.

da Lunda, aos trabalhadores da companhia e a uma rede composta por onze hospitais, maternidades, e postos sanitários.¹¹⁸

Além de contar com a estrutura dos serviços de saúde, Santos David também foi auxiliado pela administração portuguesa ao longo da condução de seus estudos. Para escrever seu “Antropometria da tribo Cacongá”, por exemplo, recorreu à colaboração com o chefe de posto do Canzar, Geraldês Silva, agente colonial que recrutou os sujeitos para os exames que basearam o estudo. Mediado pela autoridade colonial, o autor pôde realizar as mensurações num lugar, segundo suas palavras, onde se encontraria o “ambiente tribal próprio” do agrupamento analisado.¹¹⁹

Em outros trabalhos, o médico conduziu exames no âmbito do Hospital do Dundo, na Lunda Norte, e em postos médicos, com trabalhadores da Diamang e suas famílias.¹²⁰ Novamente, a participação dos sujeitos nesses estudos foi atravessada por suas condições coloniais, por imposições de agentes ligados ao colonialismo, fossem eles autoridades administrativas ou atores ligados à companhia.

Seguindo uma leitura que ofusca as complexidades da participação de sujeitos em contextos coloniais, Santos David avaliou as dificuldades da coleta dos dados como “resultantes das observações de caracteres físicos em negros primitivos”, revelando uma essencialização desses personagens em sua exposição. Uma impressão similar foi também expressa por Sarmiento. No que se refere às suas pesquisas na circunscrição de Menongue, o médico dos serviços de saúde de Angola afirma que foi “um trabalho não isento de bastantes dificuldades” em razão de “o negro desta região (como, aliás quase todos os povos primitivos)”

118 Sobre a composição dos serviços de cuidados biomédicos da Diamang, Jorge Varanda, “Filhos, enteados e apadrinhados: discursos, políticas e práticas dos serviços de saúde da Diamang, Angola”, *Antropologia Portuguesa*, n. 29 (2012), p. 156, [↗](#).

119 David, *Antropometria da tribo Cacongá*, p. 22.

120 José Henrique Santos David, *A Drepanocitemia e a Antropologia. Uma revisão e um estudo na Lunda e Songo*, Lisboa: Companhia de Diamantes de Angola, 1960, [↗](#); David e Almeida, *Subsídios para a História, Arqueologia e Etnografia dos Povos da Lunda. Contribuição para o estudo de alguns Caracteres Dentários dos Indígenas da Lunda, Grupos Sanguíneos dos Indígenas da Lunda e Songo*.

ser “bastante desconfiado, o que torna difícil o estudo de certas particularidades da sua vida”.¹²¹

De maneira similar a outras pesquisas aqui examinadas, reações avessas também ocorreram na experiência de campo de Sarmiento. Como nos estudos de Santos David, Silva Correia e Hambly, o médico português também enquadrou os comportamentos que não correspondiam às suas expectativas iniciais no vocabulário das “dificuldades”. A recorrência nos textos de um enquadramento das respostas nativas como um empecilho ao trabalho de pesquisa em solo africano e sua associação com o “primitivo” – em alguns trabalhos de maneira mais explícita do que em outros – recorre à afirmação de uma imagem do africano como essencialmente “não-civilizado”.

Para os pesquisadores, a desconfiança e as recusas aos exames eram consequências usuais das práticas de coleta de dados entre povos “primitivos”. Essa leitura esconde, no entanto, as naturezas desiguais implicadas nas relações entre os investigadores e os sujeitos do estudo. O caráter coercitivo das mensurações emerge à superfície se as posições dos grupos submetidos aos estudos na sociedade colonial forem consideradas. No caso dos militares e dos trabalhadores da Diamang, a obrigatoriedade da participação esteve vinculada às relações contratuais, que situavam os sujeitos em posições hierárquicas inferiores. Em outros casos, o recrutamento foi feito por chefes de posto, figuras que compunham a administração estatal portuguesa na província. Nesse caso, as dinâmicas de coerção e as hierarquias da sociedade colonial também desempenhavam um papel importante, embora o material analisado não permita visualizar as dimensões desse jogo de forças de maneira detalhada.

Nas situações em que os participantes dos estudos eram pacientes de unidades médicas, como o Hospital do Dundo, as relações de hierarquia também desempenhavam um papel importante. É preciso considerar

121 Alexandre Sarmiento, “Gente de Menongue”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, v. 9 (1939), p. 6, [↗](#).

que a maior parte dos africanos atendidos pelos hospitais gerenciados pelos Serviços de Saúde da Diamang eram trabalhadores, seguidos de suas famílias, e, depois, a população local em geral.¹²² Além disso, as inscrições desses personagens nas posições de “indígenas” na sociedade colonial também influenciavam o caráter de suas participações, inclusive no que tange às possibilidades de recusa e consentimento.¹²³

Poderiam esses militares, trabalhadores e pacientes recusarem as mensurações? As atitudes “contrafeitas”, como a relutância em inspirar completamente para que fosse medida a circunferência do tórax ou a não execução completa dos testes de força,¹²⁴ não poderiam significar uma rejeição ou um sintoma da insatisfação ao invés, de como Silva Correia sugere, uma “incapacidade” de seguir instruções? O desinteresse ou a aversão às práticas antropométricas poderiam ser uma reação às suas condições coloniais. Frantz Fanon, tomando o caso das práticas médicas em solo argelino como locus da análise, mostra que a dominação colonial “desencadeia e mantém um conjunto comportamentos tensos e de recusa por parte dos colonizados”.¹²⁵

Portanto, reduzir a questão à dicotomia entre comportamentos “adequados” e “inadequados”, como fazem os investigadores, negligencia a própria condição colonial e suas implicações para os atores envolvidos. Frequentemente produzidas em situações de coerção, as práticas antropométricas não apenas puderam contribuir com a codificação da diferença nos corpos indígenas, mas o próprio momento das mensurações se constituía como um reflexo da lógica da alteridade do colonialismo. Embora os textos dos médicos e antropólogos geralmente desconsiderem ou naturalizem essas condições, não estariam

122 Varanda, “Filhos, enteados e apadrinhados”, p. 158.

123 Cristiana Bastos nota que, nos estudos antropométricos dentre “populações subjugadas” do império português, “era habitual medir, sem licença e consentimento”. Bastos, “Um luso-tropicalismo às avessas”, p. 240.

124 Conforme observado, por exemplo, em S. Correia, “Os cuanhamas”, pp. 1001; 1009.

125 Frantz Fanon, “Medicine et colonialism” in Frantz Fanon, *L'an V de la révolution algérienne* (Paris: François Maspero, 1959), p. 118.

esses sujeitos sob algum tipo de coerção? A violência do colonialismo, portanto, não atravessou apenas a essencialização dos corpos desses sujeitos nos textos que circularam o império, mas esteve presente também nas práticas da antropometria.

Considerações finais

Conhecer, descrever, medir e analisar partes dos corpos nativos foram direções que configuraram um dos caminhos da antropologia desenvolvida em terreno colonial. Por meio de uma grade de leitura que tangenciava referências em comum, pesquisadores e instituições cristalizaram dados obtidos por meio da antropometria em descrições e categorias que olhavam o “indígena” a partir da biblioteca colonial: presumindo o “primitivismo”, encerrando os corpos em “tipos”, inscrevendo-os em categorias hierárquicas por meio de essencializações, como por exemplo, classificações construídas em torno da “robustez”.

A operação de questionar tanto as práticas antropométricas em campo quanto a construção dos discursos resultantes revela duas dimensões que se complementam. A primeira delas é o próprio terreno colonial, de onde emergem redes e dinâmicas de poder que permitem, apoiam ou limitam a coleta de dados. A outra dimensão reside no compartilhamento de uma grade referencial pautada por uma alteridade vinculada à leitura do africano por meio do “paradigma da diferença”. A existência dessa grade não significa que os discursos contidos nesses trabalhos representem os africanos de Angola de maneira uníssona. O que essa dimensão revela é que discursos antropológicos construídos em tornos dos “indígenas”, de seus corpos e inscrições raciais e étnicas, se vinculam à biblioteca colonial. Contextualizar essas construções discursivas, portanto, faz também parte do descortinar de seus repertórios e da reflexão acerca de seus legados para o conhecimento cultural do continente africano.

Recebido em 14 ago. 2024

Aprovado em 1 mar. 2025

doi: 10.9771/aa.v0i71.63082

Este artigo propõe uma leitura da “atenção antropológica” voltada aos africanos em estudos antropométricos realizados em Angola na primeira metade do século XX. Em artigos de periódicos, anais de congressos, monografias, relatórios e livros, circularam descrições, classificações, imagens e padrões atribuídos a povos nativos sob o império português, que estiveram vinculados, parcial ou integralmente, a modos de categorizar, representar e analisar os “indígenas” das colônias. Mensurações corporais, caracteres físicos e índices biológicos contribuíram com um repertório de classificações raciais e étnicas, bem como com interpretações relacionadas aos debates em torno do lugar do “indígena” na economia colonial. A partir da contextualização das práticas antropométricas, de seus resultados e referências, busca-se discutir as construções discursivas em torno do corpo indígena elaboradas em contexto colonial.

Colonialismo | História da Antropologia | Antropometria | Angola | Século XX

AFRICAN BODIES, INDEXES AND MEASUREMENTS: ANTHROPOMETRY IN COLONIAL ANGOLA

This paper suggests a reading on the “anthropological attention” devoted to Africans in anthropometric studies conducted in Angola during the first half of the 20th century. Journals, conference proceedings, books, reports, and monographs have provided descriptions, classifications, images, and patterns concerning native peoples under the Portuguese empire, which have been linked, partially or completely, to modes of categorizing, representing, and analyzing the “indígenas” of the colonies. Bodily measurements, physical characters, and biological indexes have contributed to the repertoire of racial and ethnic classifications, as well as perspectives on the place of the “indígena” in the colonial economy. By contextualizing anthropometric practices, their results, and references, this work intends to discuss discourses on the Indigenous bodies elaborated in colonial context.

Colonialism | History of Anthropology | Anthropometry | Angola | 20th century